

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA,
DA CIDADANIA, DA PARTICIPAÇÃO
E DAS QUESTÕES SOCIAIS (CDDPHCPQS)**

29.05.2019

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA,
DA CIDADANIA, DA PARTICIPAÇÃO
E DAS QUESTÕES SOCIAIS (CDDPHCPQS)**

29.05.2019

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - Da participação das questões sociais. Da primeira sessão legislativa da 19ª Legislatura convocada a partir da aprovação de requerimento, na Comissão, para que se prestem esclarecimentos acerca das medidas adotadas, ou que estão sendo adotadas, com relação ao fato ocorrido no Shopping JK Iguatemi no dia 18/03/2019, quando um grupo de 120 estudantes de escola pública da zona rural de Guaratinguetá foi barrado ao acessar algumas dependências do estabelecimento, sob a alegação de ser um espaço de elite.

Solicito à secretária a leitura da Ata da reunião anterior. Está aí, Márcia? Pela ordem. Deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Dispensa da leitura da Ata.

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - A dispensa é regimental. Está dispensada a leitura e aprovada a Ata da última reunião.

Gostaria, também, de destacar a presença dos deputados Douglas Garcia, Gil Diniz, Márcia Lia, Rafael Silva, Adriana Borgo e esta deputada que está na Presidência desta reunião.

Vou convidar, então, para tomar assento à Mesa, o Dr. Eduardo Dias, Promotor de Justiça da Infância e Juventude da capital, cujo setor é na área de interesses difusos, a quem eu agradeço. Dr. Eduardo, muito obrigada pela presença mais uma vez, já estivemos juntos.

Também gostaria de convidar a Dra. Ana Carolina Oliveira Golim, defensora pública, coordenadora do Núcleo Especializado de Infância e Juventude.

Parece-me que tem uma advogada, também, Dr. Márcia, que representa, na oportunidade, o Shopping JK. Maristela, por favor, pode ocupar o espaço aqui à Mesa.

Lembrando que a escola lá de Guaratinguetá foi convidada e, infelizmente, eles alegaram que a diretora estava com problema, não pôde comparecer e a vice-diretora também teria alguns problemas, e eles estavam sem condições de transporte. Eles

mandaram aqui uma justificativa, se não me engano: “Boa tarde, deputada Beth. Sentimos muitíssimo não poder ir à reunião e nem sequer enviar um representante. Agradeço o convite, mas, por ordens médicas, não realizo viagens longas devido ao oitavo mês de gravidez. Penso ser uma atitude louvável e de grande empatia, que certamente vai influenciar positivamente a sociedade. Somos eternamente gratos pelo questionamento em defesa do direito constitucional que nos fora parcialmente negado no dia 18/03/2019. Atenciosamente, Joseli Gonçalves, diretora da Unidade Escolar”. Então, estão aqui os agradecimentos dela e a justificativa por não poder comparecer.

Então, eu vou, primeiramente, passar a palavra para o Dr. Eduardo Dias, que é Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, para ele fazer as suas considerações a respeito desse caso. E, se houver outras similaridades, também, o senhor fique à vontade na sua exposição. Muito obrigada, mais uma vez, por ter aceito nosso convite.

O SR. EDUARDO DIAS - Primeiro cumprimentar a esta Casa Legislativa na pessoa da deputada Beth Sahão, que está aqui presidindo esta reunião e preside a Comissão. Também a Dra. Ana Carolina, a Defensoria; a Dra. Maristela, do shopping; todos os senhores aqui e a comunidade presente. E falar, depois de vários anos atuando na infância e juventude, que, desde a época que nós vínhamos aqui bastante, 1999, para discutir a então Febem, acho que é a primeira vez que a gente volta enquanto Promotoria, difuso e coletivos para discutir um tema pertinente.

A gente tem uma série de ofícios que foram encaminhados a esta Casa durante mais de três anos, e é uma alegria estar aqui com um desses ofícios, podendo falar e prestar contas. Eu vou deixar depois com a senhoria da senhora. A gente tem a cópia integral do inquérito civil.

Para começar a situar esse episódio, a gente precisa entender as alterações que foi sofrendo o Estatuto da Criança durante esses quase 30 anos. Uma alteração importante, em 2012, foi a criação do artigo 265a do Estatuto. Porque o 265 só dizia que era dever dos entes públicos publicizar o ECA. Isso se limitava – e se limita, na verdade – à publicação dos atos.

Recentemente, a ministra causou certo furor nas redes sociais convidando a todos para o lançamento do novo Estatuto. A única interpretação possível para aquela mensagem era de que era uma reedição do Estatuto a ser publicado pelo governo federal e foi o que aconteceu. Na verdade, uma reedição já defasada, porque foi aprovada uma

outra lei esses dias, já editada, já em vigor, que alterou o ECA. Dias antes, esse Estatuto foi reeditado, o que é um dever legal e institucional.

Esse artigo 265a vai além, ele fala justamente da publicização do sistema de garantias previsto no Estatuto, que envolve os conselhos de direitos (nacional, estaduais e municipais); conselhos tutelares; o sistema de defesa (Defensorias, Ministério Público); as articulações que existem para fazer valer os direitos da criança e do adolescente.

Como a lei federal, a opção dela foi prestigiando – a gente precisa lembrar que na Constituinte, até 1988, era discutível se o Município era ou não ente federativo (isso era tema de trabalho de direito constitucional, inclusive: se o Brasil é um Estado unitário federativo), e se o Município fazia parte ou não da Federação. Em 1988, o município faz parte da Federação e a legislação, o ECA, o que ele fez? Ele deu os princípios gerais e deixou para os municípios legislarem sobre seus microssistemas.

A cidade de São Paulo, essa cidade-país de 12 milhões de habitantes – o que é mais que Portugal, onde são 11 milhões e 600 mil; mais do que a Grécia, onde são 10,5 milhões de pessoas – estima-se que a população de crianças e adolescentes, da cidade de São Paulo, seja de 3,8 milhões de pessoas – isso é o Uruguai – a população residente. Fora essa população que nós recebemos, flutuante, como no caso dos alunos de Guaratinguetá. Só para ter uma ideia desse contorno.

E nesse sistema de garantias da cidade de São Paulo, que é extremamente precário – haja vista que a resolução 170 do Conanda determina que nós tivéssemos, na cidade, um conselho tutelar para cada 100 mil habitantes. Isso daria, no mínimo, 110 conselhos, nós só temos 52.

A legislação básica da infância e juventude na cidade de São Paulo é de 1991 e serviu de paradigma para várias cidades no Estado. Só que há várias cidades no Estado de porte médio e grande, como Franca, como Presidente Prudente, Bauru, que reestruturaram as suas legislações. E não se pensou, em 1991, quando se cria esses conselhos, como qualquer ente público, cria, e cria os cargos administrativos e nomenclatura.

Então, São Paulo não se preocupou com isso à época, e esses conselhos funcionam sem infraestrutura administrativa, de tal maneira que qualquer... Todo mundo aqui que lida com a administração pública ou mesmo privada, se criou um serviço, tem que mandar um funcionário para lá. Quem que o chefe manda? O melhor, o

mediano ou aquele que dá dor de cabeça? Então, assim foi durante um período. Hoje já não é mais assim, mas não tem estabilidade nesses quadros.

Essa estrutura, hoje, essa ação foi julgada procedente em primeiro grau, em segundo grau pela Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça, e a Prefeitura recorreu para o Supremo Tribunal Federal. Ontem eu tomei ciência do agravo indeferido pelo ministro Luiz Barroso numa ação proposta em 2012 pedindo um telefone no Conselho Tutelar de Lajeado. Então, essa ação de agora, com sorte, daqui uns oito anos a gente tem um provimento do STF. O resultado disso, na base, é essa situação que os senhores vivenciam.

Quem é que conhece, e opera, e domina o sistema de garantias de direito nessa cidade país? Os iniciados. Quem são os iniciados? As ONGs que atuam nessa área, os membros de Conselhos Tutelares, os ex-membros de Conselhos Tutelares, Ministério Público, Judiciário e defensores públicos, e um ou outro advogado das Comissões de Direitos Humanos da OAB, Comissão de Direitos da Crianças da OAB, um ou outro parlamentar que se interessa pelo tema e tenta fazer algo.

De tal maneira que o empresariado não conhece esse sistema, e nem mesmo os advogados, porque raras são as faculdades que têm Direito das Crianças e do Adolescente como matéria autônoma. Essa matéria – e que nos ouça o Conselho Estadual de Educação – ela é dada somente ou em direito penal ou em direito civil. O único curso que dá – eu não vou aqui fazer propaganda porque isso, desde 1995, é assim – é a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Que, mesmo assim, um curso que era de um ano, agora é de seis meses, no último semestre do quinto ano de Direito, que é quando boa parte dos alunos – especialmente na PUC – já passaram na OAB.

Esse sistema leva a gente a ter, operando no mercado, alguns profissionais de alto nível, como o que subescreveu o pedido do Shopping Center.

Shopping center, não é, no caso o primeiro. É o JK, mas é o mesmo grupo que administra o Shopping Center Pátio Higienópolis, que é do mesmo grupo Iguatemi, é um grande grupo Iguatemi que administra vários shopping centers, e é da mesma administradora o JK, o Villa Lobos e outros Iguatemis.

Mas o que é comum nesses dois shoppings? É esse desconhecimento. Então, esse caso está tramitando junto com o procedimento do Shopping Villa Lobos. Não, desculpa, do Pátio Higienópolis, e também tem alguma coisa do Shopping Santa Cruz, mas que é outra administradora de shopping centers.

Qual é o argumento de alguns desses shoppings? Desse mesmo, do grupo Iguatemi, do grupo que administra o Shopping Santa Cruz? “Mas doutor, na cidade do Rio de Janeiro, na cidade de Porto Alegre, os Conselhos Tutelares vão lá e pegam esses meninos e dão encaminhamento”. Ah, sim. Aí, a gente tem que argumentar e dizer como funciona esse sistema. Dizer: “Olha, eu desconheço a legislação local da cidade do Rio de Janeiro, da cidade de Porto Alegre, sobre o funcionamento do Conselho Tutelar. Mas, acredito que o funcionamento, para uma cidade metrópole como é São Paulo, o desenho do Conselho Tutelar da cidade de São Paulo, é o que dá para ser. Os Conselhos Tutelares fazem parte do sistema de garantia de direitos, não têm a vocação e a missão legal, institucional, de prestarem atendimento direto”.

Eles vão fazer muito se conseguirem detectar a violação e encaminhar para o segmento correto para dar o atendimento. Encaminhar em casos emergenciais, sim, eles têm de fazer, como, por exemplo, uma autoridade policial que, fazendo um auto de adolescente autor de ato infracional, liga para a família e ninguém da família quer receber aquele adolescente. Esse adolescente está em situação de risco, artigo 98, 3 e 1: ação e omissão do Estado e da família, e, pela conduta dele, que é o 3, o ato infracional.

O que ele tem que fazer? Chamar o Conselho Tutelar, verificar aquela situação – porque também não é o caso de ato infracional que o delegado pede a custódia daquele adolescente, ele não precisa, porque isso só é autorizado na forma do artigo 274, se o adolescente em liberdade colocar em risco a sociedade ou sua própria integridade. Não é o caso, porque ele não praticou um ato de violência contra pessoa ou que implicou em violência contra uma pessoa. Então, ele libera esse adolescente, se ele não tem um mandado de busca ou de apreensão, mas a família não vai pegar o adolescente; ele tem que chamar o Conselho, para o Conselho dar encaminhamento e levar para um atendimento de acolhimento.

Essa situação é o que dá para fazer com menos da metade dos Conselhos Tutelares necessários e sem ter uma estrutura de CRAS e CREAS na cidade de São Paulo para atender essa cidade-país. E a própria estrutura do CMDCA, que também é objeto desta ação, impede que esse conselho de direitos faça publicização desse sistema.

E também essa mesma situação, e acho que é uma responsabilidade da Assembleia Legislativa, é a estrutura do Conselho Estadual dos Direitos da Criança, que nem o site está funcionando. A gente não tem a história, salvo algumas pessoas que têm seus arquivos pessoais com toda a história das resoluções desse Conselho Estadual. Que foram até a causa da descentralização da, hoje, Fundação Casa.

Então, essa falência desse sistema e esse desconhecimento levam a pedidos como esse; levam as pessoas que operam no sistema – que é de entretenimento, de fomento – a não conhecer esse sistema e praticarem algumas arbitrariedades, como no caso que chamaram de Shopping JK. É que, para nós, isso está tudo dentro de um mesmo procedimento. Nesse Shopping JK, nós encaminhamos ofício, uma precatória, um pedido para a colega promotora em exercício na cidade; ela já ouviu todas as escolas.

Na verdade, não é só uma escola, nem duas, são várias escolas da rede municipal. E aí eu acho que, na verdade, essa requisição deve ser feita ao chefe dessas diretoras – que é o secretário municipal de Educação, como funcionário público – e não diretamente a elas, mas ao diretor de ensino, ao secretário. Mas, eu acho que a diretoria de ensino não está organizada em termos de secretaria.

Todas elas foram ouvidas. As autorizações dos pais – inclusive com firma reconhecida em cartório, que nem precisaria, mas eles fizeram questão de reconhecer firma quatro dias antes da visita a São Paulo –, tudo documentado, foram vítimas desse tratamento.

A defesa do Shopping diz: “Mas, olha, isso foi a entidade contratada para administrar aquela exposição”.

Num primeiro momento, pode-se até questionar: mas o que tem a ver um passeio, qual é a proposta político-pedagógica de uma visita a um shopping center por escolas infantis? Mas, na verdade, as crianças vieram visitar a exposição do Mickey Mouse, uma exposição que premiava, também, os melhores alunos da rede, o que foi até um mote para motivar.

Enfim, a escola usou com coisas. Então, acho que do ponto de vista da conduta da escola, que está sob análise, na verdade, da colega da comarca, pelo que a gente viu aqui, pelo entendimento da colega, não teve nenhuma irregularidade a ser objeto de inquérito ou até mesmo de ação. A irregularidade, nesse episódio, ocorreu na cidade de São Paulo, nas dependências do Shopping JK Iguatemi.

Para nós, a responsabilidade objetiva, que vem do Código Civil – o artigo 158 vai dizer que responde pelo ilícito todos os que estiverem, na medida de suas graduações. O erro em vigiando, a pessoa que foi contratada para administrar aquilo, fez algo em desacordo com a legislação.

A gente está caminhando. Como isso, entrou, e é o mesmo grupo econômico – ele já tinha um histórico, especialmente no Shopping Pátio Higienópolis –, um inquérito

civil na Promotoria de Direitos Humanos, de Pessoa com Deficiência e Inclusão Social, e parece – a gente ainda vai pedir essas informações que são mais da área até de inclusão – que o shopping já montou até um sistema de mediação com outras pessoas que se sentiram, também, vilipendiadas nos seus direitos, e acabam fazendo negociações que não chegam nem ao Judiciário. Então essa prática precisa mudar.

Para nós, para a gente fazer esse procedimento, que tem hoje seis volumes. Eu trouxe aqui o primeiro e o último volume, mais um anexo, porque essa nossa Promotoria, o setor da Promotoria da Infância da capital, que eu represento como titular do 15º cargo, nós operamos somente com dois promotores.

Agora, depois até da última intervenção, que foi inclusive um pedido de um parlamentar desta Casa, sobre a morosidade de um inquérito civil que apurava perturbação da ordem de entrada de adolescentes sem autorização nas festas promovidas no estádio da Portuguesa – que levou esse Promotor a ir para lá, uma vez, à meia-noite, e depois voltar lá, no mesmo dia, às 4h da manhã –, fiquei surpreso de ver que não tem vizinhança morando naquele entorno e, quando a gente foi, a gente encontra lá uma viatura da polícia civil – mesmo esquema de porta do estádio, com venda de churrasco na frente. Quando volta, às 4h da manhã, os adolescentes catando cavaco no meio da rua. Tudo trêbados. Todos não, mas uma boa parte ali que a gente viu. E as informações eram que eram festas para adultos, e a gente tem que provar que lá tinha criança.

Mas esse procedimento também alertou... A gente explicou para o deputado que nós fazemos com a velocidade que podemos. Não é a que gostaríamos, mas é a possível. São 23 promotores na área de infratores e somente dois na área de prevenção. Depois de fazer essa discussão interna, e mesmo desses 23, 18 só para cuidar do processo de medidas, e só cinco promotores para fiscalizar a efetividade das medidas.

A gente disse, com todas as letras, que isso é uma política de encarceramento em massa, com a conivência do MP, do Judiciário e da própria Defensoria, e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança, que nunca têm uma resolução sobre esse quadro. Nem o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças, e nem o Conanda.

Então, nós temos, nessa Promotoria, uma ação que é sobre crianças desaparecidas, sistemas de PPCAM... Crianças desaparecidas, que a colega Helena Vendramini, do PLID, visitou um cemitério em 2014, voltou no mesmo cemitério em 2018, e constatou no seu relatório: continua elevado o número dos cadáveres sendo inumados – aparentando sendo crianças e adolescentes – como desconhecidos.

Essa ação tem por objeto uma CPI desta Casa de 2009. Duas pessoas que foram ouvidas na instrução, foram ouvidas nesta Casa em 2009. Professor de Psicologia do Mackenzie, Marcelo Neumann, e a presidente da Associação “Mães da Praça da Sé”. Até hoje não existe o cumprimento do ECA, do sistema de apoio à localização de crianças desaparecidas. Essa ação foi julgada procedente em primeiro grau; reformada no tribunal e improcedente no Tribunal de Justiça; e os procuradores estão analisando Recurso Especial Extraordinário. Ela foi julgada no tribunal dois ou três dias depois da última modificação do ECA, que fala sobre o sistema de criança desaparecida, que não consta nessa nova da ministra Damares, porque a edição do ECA, do Ministério da Justiça, foi publicada dias antes da entrada em vigor – quer dizer, já devia estar editado, já devia estar em vigor –, mas foi lançado um pouco antes. Então, essa edição nova não contempla essa lei que é muito importante.

Então, essa questão do shopping, para dizer a verdade para os senhores, é o que de menos, ou das coisas – não menos relevante –, mas é o mais tranquilo da Promotoria, e que para os senhores foi muito grave. É isso que eu gostaria. Depois eu posso deixar a avaliação quantitativa de toda a Promotoria, em que estão todos os procedimentos. São mais de dez ações ajuizadas, muitas delas no Supremo, no STJ.

Na cidade de São Paulo, nós temos 175 SAICAS. São mais SAICAS do que em toda a região Centro-Oeste do Brasil, e mais do que em alguns estados do Norte e Nordeste, só na cidade de São Paulo. E um sistema, que está sendo destruído, de proteção. Nós estamos no quarto secretário de Assistência Social. Nós coexistimos, ainda, com o Fundo Estadual de Solidariedade, que, curiosamente, é o ex-secretário de Assistência que passa a administrar esse fundo.

E o Conselho dos Direitos da Criança não dá pitaco na distribuição dessa verba do Fundo de Solidariedade, que administra um recurso maior do que o Conselho Estadual, que – salvo engano – já foi também objeto de discussão nesta Casa. Tem um inquérito civil, tem uma tese de doutorado que a gente participou de banca.

Não tem mais um fundamento constitucional porque ele é anterior à Constituição de 1988, anterior ao SUAS. Como a mesma discussão que a gente está enfrentando agora, de novo, na Cracolândia, onde se cria um sistema à parte. Agora, parece que o secretário estadual de Saúde está querendo rever, porque o sistema que foi criado pelo Estado lá atrás era um sistema à parte ao do SUS e SUAS.

Então, esse caso ele está sendo tratado como dano moral difuso. A gente está pedindo informação, está ouvindo. O movimento social se organizou, e aí a Defensoria,

que tem disponibilidade, mas, infelizmente, às vezes, os movimentos sociais tratam o MP como alçó. Alguns não procuram o MP, em primeiro lugar, por incrível que pareça, em que pese a gente estar lá com as portas abertas. Então, eles estão... Mas foram, depois, nos procuraram, assim como os defensores, o colega da Dra. Ana Carolina, e a gente, inclusive, tem – especialmente depois da emenda constitucional 80, que solapou a discussão sobre a atribuição da Defensoria Pública, se podia ou não fazer algumas coisas – a gente entende que eles podem, sim, serem lidos consortes conosco em várias ações da infância, e a gente tem feito assim agora.

Foi na ação sobre falta de vaga em UTI, na verdade, a gente viu que não falta vaga em UTI para criança na cidade de São Paulo, o que acontece na cidade de São Paulo, e deve ser assim no Estado, especialmente porque o estado de São Paulo administra varas da cidade e do estado, no “crossover”.

Em um inquérito de 2012, que se conciliou com um inquérito que analisa todos os antigos SAICAS, e a gente apelidou de Inquérito “Qu’est-ce que c’est”. Isso é um SAICA; é um leito de retaguarda. São identidades que funcionam há 60 anos, como Casa de Davi, Tabernáculo Casa de Davi; Lar Betinho; Cruzeiro, que fazem um excelente trabalho, só que ficam à mercê de uma falta de regulação. Não tem um convênio que comporte assistência e saúde.

Isso a gente mandou; o CNMP editou de uma recomendação, 65, e a “Human’s Right Watch” fez um relatório que foi apresentado na ONU, e que causou – o relatório dele está disponível num site que chama “Até morrer”.

Então, Tabernáculo Casa de Davi, 2005: 230 pessoas acolhidas ali, das quais, só 27 tinham menos de 18 anos. Porém, as 200 e outras tantas tinham entrado lá com menos de 18 anos. Muitas vezes, as famílias deixam e, quando vão buscar, descobrem que, quando a família deixou, a mudança dele estava no caminhão. Porque, qual é a estrutura que a família tem para receber?

Nesse inquérito, a gente descobriu que houve um aumento, e a gente pegou esse inquérito de 2012 e veio todo mundo: o Ministério da Saúde, Conselho Estadual, Municipal, OAB, regulação de vagas do Estado e do Município, Conselho Regional de Medicina, Associação Paulista e Brasileira de Pediatria. O consenso foi: por todas as normativas e parâmetros da OMS e da Organização Pan-americana de São Paulo, não faltam vagas de UTI infantil em São Paulo. O que ocorre é que algumas crianças que estão na UTI já poderiam estar em leito de retaguarda ou “home care”.

“Home care” é um luxo. Eu digo um luxo porque só tem “home care” quem tem o plano de saúde triplo A. Não, são três A o plano de saúde: o top, AA, e o terceiro A é um advogado para, em juízo, pleitear o benefício, porque os planos de saúde também não dão para qualquer um.

Então, essa ação está lá e a Defensoria participa como “litis consortium”. A mesma coisa neste daqui também. A gente já estabeleceu, num outro caso, que veio também para esta Casa, que a gente detectou e mandou para o MP Federal. Eu nunca pensei que tivesse que refletir sobre isso, que é o monitoramento do serviço de inteligência em relação à criança, especialmente adolescente e organizações de adolescentes sem autorização judicial.

Já existem debates e livros escritos sobre a Lei de Acesso à Informação e Serviços de Inteligência. Porque, o que a gente descobriu quando foi pedido, pela Defensoria e pelos colegas de infratores, para que a gente acompanhasse até o DEIC, em 2016, é que, em algum momento, adolescentes foram monitorados sem o aval da Justiça. E, desses adolescentes, vários desenvolveram, quase todos – são seis adolescentes com mais uns adultos – desenvolveram transtorno mental. Todos desenvolveram, quase todos, alguns deles, esquizofrenia adquirida. Há relatos de tentativas de suicídio. Os adultos foram absolvidos. Os adolescentes, que deveriam ter sido apresentados na área de infratores – que não para, são 365 dias do ano no ar, faça sol, faça chuva, Ano-Novo, Natal. Esse plantão foi estendido para o Estado, teve de entrar com recurso, o MP Federal, e aí focou nisso.

Eu não estou fugindo do assunto, porque é justamente o sistema de garantias que está em ordem. O que eu estou colocando é esse sistema para dizer a relatividade e chamar a atenção desta Casa, com esta oportunidade que eu estou tendo. O que a gente está discutindo é justamente a questão do dano moral e quais são os encaminhamentos que o shopping tem que fazer enquanto empresa.

No sistema desses adolescentes, o que ao Estado já foi recomendado? Que recomende novamente as autoridades policiais que, em um primeiro momento, cumprindo o artigo 227 da Constituição, o artigo 4º da Lei 8069 – ECA, que o adolescente, a criança tem que receber atendimento prioritário. Então, não pode o delegado de polícia encaminhar primeiro os adultos e ficar por três dias, duas noites com adolescentes no sistema, no DEIC. E é o mesmo dano moral que está se cogitando, com dano individual, que aí é atribuição da Defensoria para aquele caso. Como? Dependendo das negociações, porque são quatro TAC já feitos, alertando o shopping e

outras áreas do Ministério Público, e o sistema continua operando de forma a negar direitos.

Então, isso caminha: ou a agente vai fazer um acordo, realmente, de formação, de indenização, como a gente tem feito – fez com distribuidora de cinema: “O pior aluno da escola”. O cartaz daquele filme era uma afronta à legislação, porque eles colocavam assim, homologado: “O pior aluno da escola não liga para classificação indicativa”. Foram fazer brincadeira com o cartaz.

Isso resultou numa multa, numa doação para o Fundo Municipal dos Direito da Criança no centro do artigo 114 do ECA, de 110 mil reais. E as multas em cima do faturamento. Naquele caso, eles comprovaram contabilmente que o filme deu prejuízo, e eu tive que lamentar para eles que o prejuízo tinha aumentado porque ia ter a multa. A gente deixou por 110 mil reais fracionado em duas vezes. Se fosse em juízo, a gente poderia demorar muito tempo. Isso foi recolhido para o Fundo.

A mesma coisa é o que aconteceu com captação de imagem irregular na exposição “Human”. A mesma coisa que tinha acontecido com as igrejas evangélicas, que foi feito acordo em 2013, 2014, e nunca mais nós tivemos reclamações em relação à igreja. Porque tinham pessoas que iam captar imagens dentro dos cultos, de forma clandestina, e depois que eles montaram o sistema de captação de imagem.

Então, agora, para encerrar, o que aconteceu no shopping foi muito grave. Nos dois shoppings administrados pelo mesmo grupo econômico, que se soma o que já havia acontecido, e a gente está com esse inquérito que tem seis volumes. Oxalá, eu não precise ir à Justiça para resolver isso. Um dano equacional, um dano moral e adotar medidas efetivas dessa situação e do sistema de garantias.

Agora, eu não poderia perder a oportunidade, como eu disse, mando depois todos os ofícios que foram mandados para esta Casa, desde 2016, apontando vários desses temas. É a primeira vez que nós fomos chamados para discutir algo que diz respeito a nossa atuação da Promotoria.

Muito obrigado pela oportunidade e desculpa se eu provoquei, eventualmente, aparentemente, possa ter dado a impressão de ter saído do tema. Mas o tema que a gente discute aqui é – da Promotoria olhar: sistema de garantia de direitos na cidade de São Paulo; publicização desse sistema e punição quando o sistema não é ouvido. Artigo 265a do Estatuto da Criança e do Adolescente. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - Obrigada, Dr. Eduardo Dias. Queria também destacar a presença da deputada Monica, da bancada ativista, muito obrigada. Nós vamos fazer a seguinte dinâmica: vamos passar agora para Dra. Ana Carolina, depois para a Maristela...

SR. GIL DINIZ - PSL - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - Pois não.

SR. GIL DINIZ - PSL - Só para... Com todo respeito ao palestrante, agora, mas só para se ater ao tema, a convocação está bem clara aqui: “a fim de prestarem esclarecimentos acerca das medidas adotadas ou que estão adotando com relação ao fato ocorrido no Shopping JK Iguatemi, no município de São Paulo, em 18/03/2019, quando um grupo de 120 alunos escola pública da zona rural de Guaratinguetá foi barrado de acessar algumas dependências do estabelecimento sob alegação de ser ‘espaço de elite’”, entre aspas aqui. A gente quer entender a dinâmica do que aconteceu.

Ele mesmo disse que isso é o menos importante aqui, que há outras coisas. Só que a Comissão, de maneira extraordinária, foi convocada para justamente tratar desse fato. Ele falou agora no final, menos de um minuto; eu entendo que há coisas mais importantes, também, para serem tratadas, mas para que as pessoas – até por respeito ao tempo aqui, que os deputados também têm outras coisas para tratar –foquem aqui. Para que a gente possa entender o que realmente aconteceu. Não é querendo criticar Vossa Senhoria, não, mas a gente precisa entender, e a gente veio aqui também para tratar exatamente sobre isso.

Há coisas mais importantes? Há coisas mais importantes, mas acredito que isso também é importante, tanto é que a comissão foi reunida para tratar justamente disso.

O SR. RAFAEL SILVA - PSB - Pela ordem, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - ... Deputado Gil e depois passo a palavra. Apenas para dizer primeiro que ainda não é o momento do debate, mas, mesmo assim, eu abri essa possibilidade.

Segundo: que a fala do promotor, Dr. Eduardo, pelo que eu pude depreender dela, ela faz por relações com o tema também. Nós estamos tratando da questão da

criança e do adolescente, que eu acredito que seja uma questão cara para todos nós e, portanto, ele faz referência a episódios semelhantes e acho que tem a ver um pouco com a sua exposição.

De qualquer modo, os expositores – e essa não é a primeira audiência que a gente realiza, seja nesta Comissão, seja em outras –, eles têm uma certa liberdade, também, para poder expor as suas ideias. Nós podemos, depois, refutá-las, no momento oportuno, mas, por hora, nós damos liberdade – como ele teve –, e depois vamos passar a palavra para a defensora Ana Carolina...

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - ... Deputado Rafael.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, eu acredito que quanto mais objetiva esta Comissão for nos seus avanços que forem chamados, melhor é, tanto para os deputados, como para aqueles que foram convidados para estar aqui hoje.

O tema foi relacionado ao que aconteceu, fato lamentável que aconteceu no Shopping JK Iguatemi, e nós queremos saber. Foram seis autos, se eu não me engano, que o promotor Eduardo disse que foram feitos a respeito, especificamente, sobre esse tema. Mas o Promotor, com todo respeito à Vossa Excelência, falou, falou, falou e não falou nada sobre o tema que foi chamado para essa audiência.

Se fosse para eu reclamar também, de várias coisas que têm acontecido, principalmente com a infância e adolescência, juventude, eu passaria aqui a tarde inteira reclamando.

Vamos começar pelo fato, então, de que hoje, dentro das escolas, a gente tem um monte de fatos de ideologia de gênero que a Promotoria da Infância e da Juventude está ignorando. Doutrinação ideológica, que eu também vejo como uma forma de aliciamento infantil, de abuso infantil, e que a Promotoria da Infância e da Juventude está ignorando.

O SR. EDUARDO DIAS - Isso é um grupo de educação, é outra Promotoria.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Eu vou pedir para o senhor que respeite a minha palavra, porque eu estou falando agora. Eu respeitei o tempo em que o senhor falou.

E também traria à tona esse fato aqui, olha, que foi publicado, inclusive, pelo próprio Promotor: “Crianças defendendo o ECA. MST realiza primeiro encontro nacional das crianças sem-terrinha”. Ou seja: o promotor fala, fala, fala, mas não se atém ao tema, e a gente tem um monte de coisas, também, para poder denunciar na Promotoria da Infância e da Juventude. Imagina se eu quisesse falar sobre isso aqui? O mínimo que o senhor deveria ser é ser representado no Conselho Nacional de Justiça por uma publicação que o senhor fez, dessa daqui, no Facebook, dizendo que as crianças que estão defendendo o MST estariam defendendo o ECA.

Se fosse para eu falar de livre e espontânea vontade, que não fosse me ater ao tema, eu passaria a tarde inteira aqui detonando.

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT – O.k. Só quero dizer. Pela ordem, vou conceder. Só quero dizer... Vou conceder ao Rafael, Deputado Rafael Silva, e depois à Deputada Mônica. Mas apenas para responder ao deputado Douglas Garcia, o MST não tem nada de criminoso e, aliás, seria muito interessante que todas as instituições pudessem adotar essa prática de fazer com que as crianças... Ele acabou de dizer na sua fala que a publicização do ECA é a melhor coisa que nós teríamos para evitar a violência. Na medida em que as pessoas conhecem os artigos que estão ali expostos, elas sabem como se comportar e quais atitudes que elas deveriam ter em relação a isso. Portanto, não tem nada de criminoso no que ele falou. E outras crianças, de outras entidades, de outras instituições, também, com certeza, quando há responsabilidade sobre o tratamento com crianças, há o ensinamento do ECA, e um grande avanço, seria um grande avanço no nosso País. Deputado Rafael Silva.

O SR. RAFAEL SILVA - PSB - Sra. Presidente, eu não sei se eu estou fora do contexto, eu entendi muito bem as palavras do promotor Dr. Eduardo Dias.

David Hume falava que o “eu” é a formação da consciência através das percepções. Que umas vêm, fixam-se, depois desaparecem e se apagam. Desde que ele nasceu, em 1711, faz tempo. E ele falou dessa formação. A matéria-prima da consciência, ou seja: a informação é a matéria-prima da consciência.

Ele nos trouxe muitas informações importantes e eu entendo que, quando nós o ouvimos, nós devemos nos livrar de qualquer conceito ou pré-conceito para que a gente tenha o aproveitamento pleno daquilo que está sendo dito. Eu penso dessa forma. Inclusive o próprio Aristóteles falou: “Nosso objetivo é tornarmo-nos homens bons ou alcançar o maior bem da virtude, que é a felicidade. A felicidade consiste numa atividade da alma de acordo com a virtude”. Então, ele está falando aqui da publicização dos direitos porque, em filosofia, a gente aprende também que, quando a pessoa conhece o certo, ela não faz o errado, ou dificilmente pratica aquilo que é errado.

Então, eu entendi muito bem a mensagem do Dr. Eduardo. Olha, nós não perdemos tempo ouvindo não, viu? Pelo contrário: com boa vontade, quem tiver boa vontade, aprendeu muitas coisas aqui. E esse problema do shopping, ele relativizou, é um problema sério, sim, mas ele faz parte de uma realidade terrível que nós vivemos. Essa falta de informação e de consciência é que nos leva a viver essas coisas.

Então, eu gostei do que foi dito. Eu aprendi muito com o que foi dito. Aliás, estou sempre aprendendo. De parabéns o Dr. Eduardo Dias.

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - Obrigada, deputado Rafael. Deputada Monica.

O SR. RAFAEL SILVA - PSB - Parabéns a esta Comissão e à Beth Sahão que está conduzindo de forma maravilhosa, de forma maravilhosa, e depois tenho alguns comentários sobre a reunião passada.

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - Muito obrigada, deputado Rafael.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Eu pedi a palavra brevemente primeiro para agradecer o promotor Eduardo Dias e me desculpar em nome desta Casa porque são momentos muito difíceis, inclusive de exercer o trabalho legal, previsto pela lei, não é?

Que a gente pode falar aqui do ECA, mas a gente pode falar também da Constituição Federal que, no caso da sua publicação, prevê que a criança deve ser cuidada pelo Estado, principalmente, inclusive, no quesito moradia, que é a luta de que se trata.

A gente está vivendo aqui um momento muito conturbado, em que as pessoas atacam leis consolidadas, entre elas também a LDB, que prevê a liberdade de cátedra nas escolas, de criticidade, de livre pensamento.

Então, é um momento muito conturbado mesmo. Infelizmente a gente perde tempo aqui com debates e ataques ideológicos de pessoas que querem dizer que atacam outras ideologias, isso está bem claro. Então, eu só pedi a fala mesmo para agradecer a presença e o trabalho de vocês. Acho que a gente vai ter um tempo, depois, em que a gente pode refletir melhor sobre o caso, tirar as dúvidas sobre ele, agradecer a ousadia de trazer aqui outros detalhes e dados importantes para esta Casa, que precisam da nossa reflexão, inclusive do nosso trabalho, conhecer e nos debruçarmos sobre eles.

E dizer que a gente está aqui ouvindo muito atento. Agradecer a coragem e a ousadia de vir trazer esses dados. Desculpar-me, em nome desta Casa, pela agressividade e a dificuldade da oitiva nessa reunião. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - Obrigada, deputada Monica. Eu vou passar a palavra agora para a Dra. Ana Carolina de Oliveira – o senhor vai, sim, na hora oportuna –, que é defensora pública e coordenadora do Núcleo Especializado de Infância e Juventude, por favor.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA GOLIM - Bom dia a todos e a todas. Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite. É muito importante para a gente estar falando desses assuntos tão caros à infância e à juventude.

Gostaria de saudar a todos aqui presentes, os colegas que estão compondo a Mesa e também a todos que estão assistindo.

O Dr. Eduardo já fez uma ótima exposição sobre o tema. Reconheço a importância da fala, até porque demonstrou que o que nós estamos aqui discutindo não é um fato isolado. Nós que atuamos com a área da infância e juventude há muito tempo, e cotidianamente, a gente enfrenta diversos problemas, diversas violações de direitos que estão interligadas. A gente acaba vendo que cada problema tem relação com o outro. Por isso, acredito como muito importante a fala do Dr. Eduardo.

Até para não ser muito repetitiva – acredito que o Dr. Eduardo expôs muito bem a questão, a problemática –, o fato acontecido no Shopping JK ele não é isolado. Ele, infelizmente, acontece de uma forma reiterada. Não é a primeira vez que a gente vê noticiado, publicamente, nos jornais, impedimento de acesso de crianças e adolescentes

mais vulneráveis a shoppings tidos como – vou me ater a um termo utilizado nesse caso – “elitista”, não é? Shoppings de elite.

Esses foram fatos que nós tomamos conhecimento, mas existem fatos que nós sequer tomamos, porque às vezes acontece de forma isolada com um, com outro adolescente, com uma criança, e não com um grupo grande que chame atenção; ou, muitas vezes, até com um grupo, mas que não tenha ninguém ali que possa publicizar esse fato.

Não é incomum que crianças e adolescentes mais vulneráveis sejam impedidos de entrar em espaços públicos considerados como destinados a um público de condição financeira mais favorecida economicamente. Muitas vezes, é uma postura da própria administração, outras, funcionários acabam tomando atitudes em razão do público que ali está.

Com relação até a atitudes de funcionários, a gente até esclarece que, com relação ao Direito, objetivamente as empresas respondem pelos atos praticados pelos seus prepostos, pelos seus funcionários, independentemente de ter sido uma ordem da empresa ou não. Se aquele funcionário que está ali, representando aquele shopping, no caso concreto, emitiu algum ato considerado ilegal civilmente, aquela empresa vai responder. A responsabilidade criminal não, ela é pessoal, mas a responsabilidade cível, ela é daquela empresa. Se a empresa entender necessário, ela pode, depois, cobrar daquele funcionário numa outra esfera.

Então, nós, por fatos como esses terem sido reiterados, crianças e adolescentes são um público que merece uma proteção especial, que, por determinação constitucional, têm uma proteção especial que não só o Estado e a família, mas toda a sociedade tem a obrigação de cumprir com esses deveres, observar esse direito. Eles têm esses direitos violados – no caso, como esse direito à igualdade, direito de ir e vir, direito ao lazer, direito à cultura, ao respeito, à dignidade, à convivência comunitária –, como é uma violação de direitos reiterada, a gente tem um procedimento administrativo no Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria, para estudar o tratamento dado por shopping centers a crianças e adolescentes mais vulneráveis.

Não só o fato ocorrido no Shopping Pátio Higienópolis, como o fato ocorrido no Shopping JK, ações desenvolvidas por outros shoppings no município de São Paulo são estudadas nesse procedimento administrativo.

Quando nós tivemos notícias do que aconteceu no Shopping JK, nós fomos, eu e o meu colega que coordena junto comigo o Núcleo da Infância da Defensoria, até o

município de Guaratinguetá para entender, daquelas pessoas que participaram daquele fato, o que realmente tinha acontecido. E fomos lá, tivemos uma reunião com a Secretaria Municipal de Educação e com as diretoras das escolas envolvidas, que estavam presentes no dia.

Não foi uma escola só que estava, foi uma excursão com quatro escolas do município de Guaratinguetá. A Secretaria Municipal de Educação recebeu dessa ONG “Orientar a Vida” ingressos para que pudesse levar algumas das crianças da rede pública de ensino. O que nos foi informado é que essa ONG, inclusive, recebe uma verba justamente para destinar a crianças carentes. A Secretaria do Município optou por algumas escolas da área rural por acreditar que aqueles alunos teriam maior dificuldade, não economicamente falando, mas de oportunidades, pela distância na área rural, a questão de transporte. Para que esses alunos tivessem acesso a uma exposição cultural como essa, seria mais difícil. Então, eles optaram pela maioria dos estudantes serem da área rural.

Naquele dia, quatro ônibus saíram da cidade de Guaratinguetá para comparecer à exposição. Cada ônibus tinha um horário diverso para comparecer, para ocupar a exposição. Coincidentemente se encontraram na estrada e acabaram chegando no mesmo horário, embora os horários fossem diversos. Ali, uma professora se dirigiu a uma funcionária da ONG para que pudesse ser orientada, onde poderia entrar com as crianças, porque tinha se organizado com os pais para que as crianças pudessem também lanchar, não queriam só... Já que tinham feito a viagem, que não comparecessem só à exposição, mas que pudessem também realizar um momento de lazer lanchando, que as crianças pudessem ir em alguma rede de “fast-food”, que normalmente não teriam acesso, que conhecessem aquele espaço do shopping, que é um espaço de convívio social; tem, sim, sua importância cultural (os shoppings são espaço de convivência comunitária). Então, elas iam aproveitar o passeio à exposição para também oportunizar outras atividades para as crianças.

Mas a funcionária os teria recebido dizendo que elas não poderiam ter o acesso. Inicialmente falaram que não teria nenhuma rede de “fast-food” no shopping quando questionado pela professora – e a professora: “Olha, mas a gente pesquisou”. Segundo as professoras me informaram, foi falado por essa funcionária que – depois de elas dizerem: “Não, mas a gente está com dinheiro para comparecer” – falou: “Olha, mas a gente acha que o dinheiro que vocês têm não vai ser suficiente para as redes que aqui

temos”. E a funcionária... A professora novamente falou: “Não, mas a gente veio preparada para isso”.

Foi indicado o Parque do Povo, que fica ali perto, para que eles... “Não, a gente tem um lugar que é muito bonito, o Parque do Povo, que vocês podem levar as crianças”. Um dos ônibus se dirigiu ao Parque do Povo, porque o professor viu que estava acontecendo um impasse ali, então resolveu levar as crianças diretamente ao Parque do Povo; em um dos ônibus, a professora entrou por um outro lado sem conversar com a funcionária, então, conseguiu entrar sem problemas. Então, dois ônibus que tiveram esse impasse aí na entrada. E aí foi quando a funcionária falou, no final, depois de uma insistência da professora, outra se aproximou e falou: “Olha, aqui é o shopping de elite, então a gente entende que não seria possível vocês ficarem passeando com as crianças aqui”.

Nesse momento, outras professoras também chegaram, auxiliaram a professora que, inicialmente, já tinha comparecido, e aí, rapidamente, entraram em contato com as pessoas responsáveis que já estavam tratando com as escolas, e conseguiram resolver a situação. Até a funcionária que lidava com a escola falou: “Olha, não, está acontecendo algum engano, vocês podem entrar”.

Felizmente, os professores fizeram de uma forma com que as crianças, naquele momento, não percebessem. Posteriormente, pela repercussão midiática que acabou acontecendo, as crianças ficaram sabendo. Mas, ali no momento, elas conseguiram aproveitar. Num futuro, a ONG aparentemente ofereceu alguns convites para que outros alunos daquela rede pudessem voltar e assim foi. Na semana seguinte, a escola oportunizou que outros alunos... A Secretária Municipal de Educação levou outros alunos para o shopping.

Estamos estudando, não é? Vão, provavelmente... É bom, a gente sempre gosta muito de atuar em conjunto com o MP, a gente acredita que é muito mais efetivo, que duas instituições juntas atuem de forma... Nem sempre judicializar é a forma mais efetiva, por isso a gente precisa sempre estudar o caso para ver se, de fato, a judicialização é a forma mais efetiva.

Com o Shopping Pátio Higienópolis, por exemplo, depois do episódio da ação que eles ingressaram para que os seguranças tivessem autorização para levar para a delegacia crianças e adolescentes desacompanhados, nós estamos tentando algumas alternativas extrajudiciais, porque esse tipo de empreendimento tem uma responsabilidade social muito grande.

Como eu falei para vocês, pela Constituição e pelo Estatuto, não só a família e o Estado têm o dever de garantir os direitos de crianças e adolescentes, mas a sociedade como um todo tem. Então, esses espaços empresariais e essas grandes empresas, principalmente as empresas de espaço de convivência pública, têm uma responsabilidade social muito grande. Então, estudar possibilidades de incentivo à não discriminação, à convivência comunitária harmoniosa com o diferente são ações que a gente acredita que têm uma efetividade muito grande; muitas vezes, maior do que uma judicialização. Muitas vezes, maior do que uma simples indenização, porque uma indenização financeira, em muitos casos, ela não repara aquele dano. Às vezes, uma ação social pode reparar de forma muito mais efetiva.

Por isso que, casos como esses, a gente precisa estudar. Então, a gente tem esse procedimento. Como não é um fato isolado, a gente acredita que deve ser estudado de forma conjunta com esses outros fatos que têm correlação, para que a gente tome medidas mais efetivas num âmbito maior; que não digam respeito só ao Shopping JK, só ao Shopping Pátio Higienópolis, e não só aos shoppings pertencentes a esse mesmo grupo, mas que todos os espaços de convivência comunitária sejam abarcados por políticas públicas, por políticas sociais que incentivem a convivência com o diferente, com pessoas que não tenham o mesmo padrão social, que não tenham a mesma cor, que não tenham a mesma idade, que não convivam nos mesmos espaços, que, de alguma forma, sejam diferentes do que está acostumado, do que é o padrão socialmente aceito.

É muito importante que a gente promova ações de não discriminação nesses espaços, campanhas de incentivo. Em algum momento, o shopping, num período – eu não vou me recordar quanto tempo –, mas tinha uma campanha do Abrace, não é? Não sei se foi em algum dos shoppings do grupo da doutora... Do Frei Caneca? Isso.

Então, a gente está no momento de muitas violações de direitos e o respeito ao diferente ele acaba. Quando a gente promove ações de incentivo ao diferente, a gente acaba diminuindo a violência. Então, é muito importante que a gente interligue essas ações e não pense na solução de casos como esse só numa demanda judicial. Os casos estão sendo estudados na Defensoria Pública, assim como no Ministério Público, mas de uma forma interligada, para que a gente consiga resultados efetivos, não só patrimoniais, porque nem sempre a indenização é o que vai resolver o problema.

Então, vamos refletir. Acredito que todos podem contribuir. São procedimentos em instituições públicas, todo mundo que tenha sugestões de formas que possam solucionar, de formas que possam impedir que fatos como esses que aconteçam, acho

que podem contribuir nesses procedimentos, são de grande, qualquer opinião pública é de grande valia. É uma opinião nossa, na Defensoria, acredito que – pelo que eu conheço do Dr. Eduardo – seja a da Promotoria também: nem sempre a judicialização e a indenização é o mais efetivo. São formas, sim, possíveis e que devem ser buscadas, mas, outras soluções devem ser estudadas e buscadas por trazerem resultados mais efetivos.

E não só pelos órgãos públicos, mas em conjunto com os estabelecimentos privados que estão aí, que ocupam esses espaços importantes, que têm essa responsabilidade social como determinação da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, para que esses direitos da igualdade, direito à cultura, ao lazer, à dignidade, à convivência comunitária, sejam atendidos e respeitados.

O ECA diz: toda criança e adolescente sem discriminação. Diferente do que a gente tinha antigamente, no Código de Menores, a gente tem leis destinadas a qualquer criança e adolescente, não só a criança e adolescente tido numa situação irregular, ou uma criança e adolescente numa situação mais favorável. O ECA, a Constituição, eles são para todas as crianças e adolescentes sem discriminação. Independentemente, inclusive, da situação dos pais dessas crianças e adolescentes. Independentemente da situação jurídica desses pais, porque, muitas vezes, os pais estão em algumas situações jurídicas não regulares e acabam violando... As instituições acabam violando direitos das crianças e adolescentes em razão da situação dos pais, o que a gente não pode admitir. Nós, enquanto defensores – defensores que eu digo, não só defensores públicos; defensores todos nós, atores do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes – devemos trabalhar e atuar para que nenhuma criança e adolescente tenha o seu direito desrespeitado, que seja discriminada em qual âmbito.

É a minha contribuição, eu espero que a gente possa refletir. Estamos abertos lá na Defensoria Pública para sugestão, para reuniões, para que a gente possa pensar não só nesse tema, mas outros temas que, como o Dr. Eduardo trouxe, são de extrema importância para que a gente possa efetivar os direitos das nossas crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - Muito obrigada pela sua contribuição, muito importante.

Eu quero dizer uma coisa para os deputados e deputadas desta Comissão: nós estamos tendo uma audiência e eu pediria licença de 15 minutinhos porque eu preciso

fazer uma exposição lá. Deputado Rafael Silva e Deputada Márcia Lia, que são os mais, vão tocar, aqui.

Mais velhos assim, um pouquinho mais só. Vão tocar, aqui, a coordenação dos trabalhos enquanto a Dra. Maristela vai também fazer as suas exposições. Vou pedir licença. Eu retorno rapidamente, um minutinho.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Márcia Lia.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - MARCIA LULA LIA - PT - Fica à vontade que nós tocaremos. Então, com a palavra, a Dra. Maristela.

A SRA. MARISTELA - Bom dia a todos. Agradeço o convite de poder vir aqui, poder esclarecer, ter a oportunidade de vir aqui e poder esclarecer um pouco dos fatos.

Já foi, boa parte já foi colocado pela doutora, e eu acho que ainda falta mencionar a relação jurídica que existiu entre o shopping e a ONG “Orienta a Vida”.

Foi uma exposição que aconteceu no empreendimento através de um espaço que foi destinado pelo shopping para essa ONG; aconteceu no período de janeiro de 2019 a abril de 2019, e toda parte de estruturação, organização e planejamento era de responsabilidade da Orienta a Vida, que é o órgão que tem autorização da Disney para veicular essa exposição aqui no Brasil. A estrutura da exposição é de terça – ela funcionava de segunda a segunda – de terça a domingo os ingressos eram cobrados e, às segundas-feiras, a ONG convidava instituições, escolas e não só crianças, inclusive, também, idosos eram convidados para visitar essa exposição gratuitamente.

O público que visitou a exposição “Mickey 90 anos” gratuitamente chegou ao número aproximado de 3800 pessoas.

Como que foi colocado pela Dra. Ana Carolina, o que aconteceu foi que essas escolas, convidadas pela Orienta a Vida para fazer a visita no dia 18/03, elas chegaram antes e foram recepcionadas por uma empresa contratada pela ONG – chamada Verbo Produções – porque, além da organização ter sido feita pela Orienta a Vida, ela também

era responsável por essa monitoria e pelo recepcionamento dos convidados que ela fazia.

Quando as escolas chegaram, uma pessoa de nome Beatriz, que era funcionária de uma empresa chamada Verbo Produções, contratada pela ONG para recepcionamento, teve, conforme narrado pela doutora aqui, essa recepção que causou todo esse constrangimento, o qual o shopping também lamenta.

Não teve participação de nenhum funcionário do shopping, tanto que o outro ônibus, que entrou por um outro lado, que teve contato com funcionários do shopping, essas crianças entraram sem qualquer problema no empreendimento.

Depois de ter ocorrido essa recepção um tanto quanto desagradável, algumas das professoras entraram em contato com a diretora da ONG da qual eles haviam recebido o convite e ela desceu, resolveu esse mal-entendido e as crianças entraram no empreendimento, fizeram um lanche, passearam e depois visitaram a exposição.

Para que esse episódio não ficasse assim na memória dessas crianças, a ONG convidou novamente as crianças e estendeu o convite – isso eu também não sabia, fiquei sabendo agora – para outras crianças que, na outra segunda-feira, no dia 25, estiveram novamente e visitaram a exposição.

Os fatos são esses, eles são objetos de investigação do Ministério Público Estadual num inquérito que corre em segredo de Justiça. As professoras, eu tive acesso no processo, as professoras já foram ouvidas pelo Ministério Público de Guaratinguetá, e, na leitura dos depoimentos, esses fatos que eu estou narrando para vocês acabam sendo confirmados. Esses são os esclarecimentos que o shopping tem para fazer.

E, deixando aqui registrado que é um empreendimento que tem primado pelo treinamento dos seus funcionários. Todo mundo é muito bem-vindo no empreendimento. A gente tem uma preocupação grande com isso.

No caso do Pátio Higienópolis – já que foi ventilado aqui também esse assunto, apesar de não ser a pauta – realmente teve um incidente envolvendo crianças e adolescentes especificamente lá. Através de um pedido judicial, que foi promovido pelo shopping – que, no nosso entendimento, foi mal compreendido; na verdade, o shopping buscava quase que um apoio de como lidar com aquela situação que estava sendo vivenciada –, e aproveito aqui a oportunidade para deixar registrado que o Shopping Pátio Higienópolis nunca proibiu o ingresso das crianças em situação de vulnerabilidade, elas continuam frequentando o shopping, elas entram, elas frequentam,

nenhum funcionário do shopping nunca abordou essas crianças, nunca houve um mal-entendido com elas ou uma situação que deixasse elas em situação constrangedora.

De fato, o que aconteceu foi um pedido em juízo que acabou indo para a imprensa, teve uma manifestação no shopping e hoje o shopping está, junto com essas entidades que fizeram a manifestação, e junto com a Defensoria Pública, a gente está montando um projeto social de treinamento, de conscientização, para que essa situação não se repita mais.

Isso tudo está sendo um aprendizado muito grande para todos nós. Mas, o objetivo sempre foi de muito respeito e de como lidar com a situação que não é da criança, de vulnerabilidade, mas é como tratar uma criança que está sozinha no empreendimento, sem o acompanhamento de um adulto e que está, por exemplo, subindo uma escada rolante que desce, mas ela sobe ao contrário, e quando você vai alertar para essa criança que não é possível fazer isso, ela não te obedece, ela não observa as normas de segurança.

Diante de uma situação dessa – que foi isso que a gente foi em juízo fazer o pedido – como lidar com essa situação? Porque você não tem um adulto que é responsável que você possa chamar e que, de repente, ele possa assumir aquela criança.

Então, assim, essa era a nossa dificuldade de como lidar com uma situação dessa, em que você conversa com a criança, alerta as dificuldades e, inclusive, a própria segurança dela e ela não observa o que foi falado e continua fazendo. Como lidar com isso? Esse foi o que nos levou a juízo, e agora a gente está em contato com outras entidades com o objetivo de estruturar um projeto. Estivemos em contato com o Dr. Eduardo, que nos encaminhou, também, uma relação de entidades as quais a gente, de fato, desconhecia. Nós batemos na porta do Conselho Tutelar num endereço errado; enfim, foi uma sucessão de atos que acabou gerando o pedido judicial. Está sendo um aprendizado grande e sempre o objetivo é de muito respeito.

O SR. RAFAEL SILVA - PSB - Pela ordem, deputada Márcia Lia, que está na Presidência, comandando os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE - MÁRCIA LULA LIA - PT - Concedida.

O SR. RAFAEL SILVA - PSB - Para mim foi um aprendizado. O último tema foi um aprendizado. Quem estuda sociologia – e quem não estuda também pode saber –

que a sociedade humana se guia pelo tripé crença, normas e valores, ou crenças, valores e normas. Nas normas, como nós temos aqui a Dra. Carolina, Dr. Eduardo e mesmo a Dra. Maristela, as normas são implícitas e explícitas.

Implícita: está na cabeça do indivíduo. Eu não vou matar um gato não é porque é proibido e eu vou para a cadeia, é porque eu tenho a consciência de que eu não devo ferir um animal, não é? Então, a norma implícita que é mais importante neste estudo do que a explícita, que é coercitiva, que é a da lei, a da cadeia, da punição ou do qualquer outro tipo de pena.

Então, isso tudo foi muito importante, inclusive esta Comissão está cumprindo o seu papel e seria bom, como o Dr. Eduardo falou, se tudo isso fosse para a grande mídia, para todos os deputados, para a sociedade como um todo que, tendo consciência do que é certo, a gente acaba evitando o errado, ou pode evitar o errado.

Eu quero aqui, inclusive, elogiar o trabalho de dois Deputados: o do Gil Diniz e o do Douglas, são excelentes parlamentares; jovens – jovens não apenas na participação aqui como deputados, mais jovens em idade também – e, mais pela juventude deles, pela vontade que eles têm, eu tenho certeza de que realmente eles fazem aquilo que entendem como o melhor. Então: parabéns pela participação. Eu acho tudo importante, até o questionamento. Até não, porque esse questionamento é importante.

Eu tenho que me ausentar e eu vim aqui, inclusive, eu deixei... Eu estou com problema de hérnia de disco, nervo ciático, sofri igual um bicho e tinha uma sessão hoje, um atendimento hoje, e eu cancelei esse atendimento, que para mim era necessário, para poder estar nesse encontro, viu?

Então, quero parabenizar todos os deputados que fazem parte desta Comissão, Dr. Eduardo, Dra. Carolina e mesmo a Dra. Maristela, também, que explicou. Isso daí é tudo falta de informação, de conscientização, e a discussão que foi colocada aqui vai servir para levar luz, levar informação, luz. Luz é importante. “Aluno”: A- é um prefixo negativo – “aluno”: sem luz; ele vai para escola para conseguir a luz, para aprender, e a gente está aprendendo todos os dias, viu?

Então, Dr. Eduardo, parabéns por todas as explanações. É importante nós entendemos que a nossa sociedade é doente, sim, é muito doente, e na medida em que todo mundo tiver consciência dessa doença social, nós evitaremos tantos transtornos e tantos problemas, principalmente contra as pessoas desprotegidas, ou não protegidas.

Então, deputada Márcia Lia, eu peço licença para todo mundo para me ausentar que eu estou com um compromisso. Eu até quebrei o compromisso para estar aqui. E

parabéns a todo mundo, inclusive o Douglas e o Gil Diniz também, todos os deputados. Parabéns, um abraço.

A SRA. PRESIDENTE - MÁRCIA LULA LIA - PT - Rafael, parabéns pelo seu compromisso com esta Comissão de Direitos Humanos. Vai cuidar da sua hérnia de disco que dói muito.

O SR. RAFAEL SILVA - PSB - E esta Comissão teve um papel importante. Ribeirão Preto vai retomar o trabalho de transplante de órgãos, de fígado e de outros órgãos graças aos trabalhos desta Comissão. Gente, parabéns para todo mundo.

A SRA. PRESIDENTE - MÁRCIA LULA LIA - PT - Parabéns, Rafael. Eu abro, então, a oportunidade para outros deputados. Eu também vou me manifestar, mas eu vou abrir aos nossos companheiros para que falem antes de mim. Deputado Gil Diniz.

SR. GIL DINIZ - PSL - Presidente, obrigado pela palavra. Deputado Rafael, obrigado pelas palavras e melhoras.

Até pedir desculpas se eu fui um pouco indelicado com o promotor. Era só na questão de realmente ter ciência do que estava acontecendo, mas acredito que foi bem colocado aqui pela defensora Carolina, advogada Maristela.

Eu trabalhei em shoppings, trabalhei no Shopping Aricanduva, fui da empresa Verzani e Sandrini, trabalhei como vigilante patrimonial. Às vezes, realmente, a gente não sabe como lidar quando acontece uma situação dessa. Às vezes, tem até orientação do próprio shopping, ou até da empresa mesmo; mas ali, no momento, é a decisão do vigilante mesmo, do controlador de acesso, daquela pessoa que vai fazer esse contato. Muitas vezes, acabam acontecendo problemas como esse. Muitas vezes com menores, muitas vezes com maiores, até, é difícil de lidar.

Também já estive outro lado, já estive como a criança – não em situação de vulnerabilidade, mas com uma criança pobre visitando o shopping. Mas nunca tive esse tipo de problema de ser barrado e tudo mais.

Conheço o JK; conheço o Pátio também; já fui lá, trabalhei como carteiro, já fui lá vestido de carteiro e nunca fui discriminado. A gente sabe realmente que acontece, que pode acontecer.

Agora, o que eu vejo de problema é: há orientação do shopping em si, da empresa em si de vigilância e tudo o mais, ou se a decisão foi da pessoa que está ali na ponta, que, muitas vezes – e eu falo por mim –, muitas vezes, nós temos nossos preconceitos também, nós temos a dificuldade de lidar com o diferente. Com o mais vulnerável e, às vezes, também com a pessoa que está melhor vestida e tudo mais.

Agradecer a exposição de vocês, mas é mais no sentido de entender, como a defensora Carolina falou, às vezes, a primeira opção é judicializar. Tudo bem, você vai ter uma resposta, talvez, positiva. Mas será que disso, será que dos limões a gente não possa fazer uma limonada? Encontrar um meio-termo para que não ocorra outras questões como essa?

Eu lembro, faz menos de um mês – meus filhos estudam em escola pública, estudam lá em São Mateus, zona leste de São Paulo, região extremamente carente –, e as professoras conseguiram levar os alunos, em parceria com a Osesp, levaram lá num concerto, mas era uma peça teatral e tudo mais, e eu fiquei sabendo e fui lá, sem avisá-los. Foi impactante para mim, foi impressionante para mim, imagina para aquelas crianças? Eu vi aquelas crianças vibrando eu falava com as professoras depois: “Eu tenho certeza que muitas delas nunca mais irão num concerto como aquele. Foi a primeira e talvez a única oportunidade que tiveram de estar ali”. Quando a gente se depara com uma situação como essa, talvez também marque essa criança, não é? Então o que fazer?

Se a gente conseguir, novamente, fazer desse limão uma limonada, ter alguma – a Maristela falou da questão de fazer um projeto social. Olha, então dessa questão, desse dia um pouco triste, as professoras, também para os alunos, a gente pode trazer um programa de repente do shopping. Se a gente puder participar também, auxiliar em alguma coisa, a gente fica à disposição.

Mas só para, realmente, agradecer a participação de vocês. Esse esclarecimento para tentar minimizar isso. A gente sabe que, realmente, há outros problemas, e problemas gravíssimos. É claro, cada um aqui, eu tenho certeza, que tem sua visão de mundo, tem a sua ideologia, o seu partido (PT, PSL e tudo mais), só que tem a criança, tem o adolescente. Eu tenho dois filhos, um de dez anos e um de oito, e a gente se depara com isso.

Então, como chegar num bom termo? Como chegar a um denominador comum e tocar para a frente? A gente tem certeza que ninguém quer os maus-tratos, a gente não

quer crianças passando por situações vexatórias, sejam elas de classe média ou de classes mais pobres. Então, só agradecer a participação de vocês, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - MÁRCIA LULA LIA - PT - Obrigada, deputado Gil. Deputado Douglas agora.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Obrigada, muito obrigado, Sra. Presidente.

Só para eu me localizar, a Dra. Marcela é da Defensoria Pública? Ana Carolina? Nossa, não tem nada a ver. Ana Carolina. E Doutora? Maristela. Maristela, obrigado.

Dra. Maristela, gostaria de agradecer a sua presença aqui; Dra. Ana Carolina também; o nobre promotor de Justiça Eduardo Dias, muito obrigado por estarem visitando esta Casa.

Dra. Maristela, inicialmente pensei em opinar uma questão de, não se desculpar, mas para tentar amenizar a situação do que havia ocorrido no shopping, mas parece que já ouvi essa providência do próprio shopping. Inclusive, quando foi veiculado na imprensa, eu não sabia da informação de que as crianças conseguiram ter acesso ao divertimento, etc., ao evento, porque foi colocado até a metade do que aconteceu, não colocou tudo. Pelo menos na maior parte dos veículos de imprensa em que eu li o caso, as crianças haviam sido barradas e foi essa informação que foi passada, teve o desconhecimento dos fatos.

Então, queria parabenizar o fato do shopping ter convidado outras vezes as crianças para participarem – o shopping não, desculpa, a ONG que foi contratada pelo shopping – uma outra vez do evento, e concordo veementemente com o que foi dito pela Dra. Ana Carolina: essa questão de, se for o caso, de haver uma movida pelo Ministério Público e acatada pelo Tribunal de Justiça, indenização, muita das vezes, não resolve. Uma ação social fica muito mais marcada e deixa, assim, de fato, um exemplo para a sociedade.

Muito embora, eu creia que, aqui, a responsabilidade desse caso ela seja muito mais subjetiva, porque, pelo que aparenta ser, foi uma pessoa só que causou esse transtorno todo; muito embora a gente saiba que o shopping também tem essa responsabilidade de poder contratar, saber quem está contratando, conhecer quem está contratando, ter essa... Mas eu entendo que é extremamente difícil a gente analisar por esses pontos.

Então, fica aqui meu agradecimento à presença dos senhores, que se dispuseram a vir aqui para esclarecer os fatos e que esta Comissão consiga ter bons trabalhos com relação a esse caso objetivo. Muito obrigado, Sra. Presidente.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Beth Sahão.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - Obrigada, deputado Douglas. Deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Primeiro, agradecer ao Dr. Eduardo, à Dra. Carolina, à Dra. Maristela.

Sei que, infelizmente, a gente vive momentos em que as pessoas não estão sendo respeitadas, em que a intolerância, o desrespeito, o ódio, o desamor, a falta de fraternidade permeiam todas as ações da sociedade. Então, é um momento muito triste, muito difícil, porque nós estamos sob uma situação extremamente delicada que é, inclusive, ver os nossos tribunais, o nosso Supremo Tribunal Federal desrespeitando a nossa Constituição, rasgando as nossas leis.

Eu tenho um amigo professor de direito processual penal, e esse meu amigo disse que, cada vez que ele entra na sala de aula, deputada Beth Sahão, para dar aula, ele não sabe o que ele fala com os alunos, porque, a cada dia que passa, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Constituição Federal são rasgados e ele, às vezes, fica completamente desprovido de argumentos para dar aula. Ele é professor doutor formado pela USP, mas ele disse para mim. “Olha, Márcia, é um momento de muita dificuldade, de muita luta, de muita resistência”.

Eu sou filha de família muito pobre, eu cresci com os olhares, com muitos olhares de uma criança malvestida, de uma criança que tem só um chinelinho, um sapatinho para vestir, então, eu sei muito bem o que essas crianças sentiram naquele momento em que elas foram discriminadas. Porque, por muitas vezes, na minha infância, eu passei por situações semelhantes a essa. Eu sei que os nossos deputados que aqui se encontram, tanto Douglas, quanto Gil, quanto tantos outros que estão nesta

Casa, quantos os companheiros que aqui se encontram – eu conheço várias dessas pessoas – também são pessoas que vieram de origem muito simples, de origem muito humilde.

Então, isso é uma questão cultural na nossa sociedade. Discriminar as crianças, simplesmente pelo fato de que elas são filhos de pessoas que lutam por um pedacinho de terra para dar dignidade, para dar alimento aos seus filhos.

Eu sou defensora também, Dr. Eduardo, das crianças, dos sem-terrinhas, porque eu visito acampamentos e assentamentos há cinco anos. Eu já fazia esse trabalho quando eu estive vereadora na cidade de Araraquara, e depois, quando vim para esta Casa, continuei e ampliei o meu espaço de trabalho pelo interior de São Paulo todinho. A gente conhece a realidade da pobreza, da desigualdade social, a gente conhece a realidade daqueles que não nasceram num berço onde tem edredom quentinho, mas nasceram embaixo de uma lona preta porque são filhos de trabalhadores e trabalhadoras que lutam pela dignidade, para poder dar um prato de arroz com feijão para seus filhos.

Então, eu sei o quanto isso dói no ser humano, eu sei o quanto isso dói nas crianças que passaram por essa situação, e eu acho que a Dra. Ana Carolina – eu tive que sair para ir nessa audiência pública do PL 83, também, nós fizemos revezamento, a Beth e eu, e eu não tive oportunidade de ouvir as falas por inteiro –, mas, com as partes da fala da Dra. Ana Carolina que eu ouvi, eu concordo plenamente.

Eu acho que a judicialização não é o caminho para que a gente resolva os nossos problemas que são culturais, os nossos problemas que são, como disse o deputado Rafael, que são uma questão de valores, questão de como é que a gente respeita as diferenças, de como é que a gente respeita as pessoas, de como é que a gente olha para as pessoas como se as pessoas fossem nossas irmãs. A gente sente muita dificuldade.

Eu já estive uma ou duas vezes no Shopping JK. É um shopping de classe média-alta, um shopping onde – eu lembro que uma vez, Beth, eu gostei dum sapatinho rasinho que custava mil reais! Eu falei: “Eu não tenho dinheiro para comprar esse sapatinho”. Porque é um shopping de classe média-alta, onde as lojas são extremamente diferenciadas, não é? Mas numa boa, sem nenhum problema porque senão eu estaria fazendo o mesmo que fizeram com as crianças. Eu tenho respeito pelas pessoas independentemente da conta bancária que elas tenham.

Mas, eu acho que a solução não é a judicialização. A solução é a gente encontrar alternativas para dialogar, alternativas para fazer o que nós estamos fazendo aqui hoje e para que a gente tenha... Acho que se o shopping tiver uma iniciativa na perspectiva de

capacitar, de fazer treinamento com as pessoas – e eu acho, discordo do deputado Douglas –, eu acho que a responsabilização não é subjetiva, ela é objetiva, porque o shopping é responsável por aquilo que ele põe lá dentro. A responsabilidade é objetiva do shopping, na minha avaliação, do pouco conhecimento que eu tenho disso; mas eu acho que o shopping responde, sim.

Mas acho que essa responsabilização tem que ser muito mais do ponto de vista educacional, do ponto de vista educativo, do que a gente constrói de valores, porque se a gente não tiver a construção desses valores na sociedade, dos valores da humanidade, dos valores da fraternidade, da gente poder enxergar as pessoas como sendo nossos irmãos, da gente ter solidariedade em relação às pessoas mais pobres, a gente não vai conseguir mudar este País.

Então, acho que é por aí. A construção tem que ser educativa; a construção tem que ser... O shopping tem que ser, sim, condenado, na minha opinião, a fazer programas sociais, a fazer programas para que as pessoas possam entender que não tem diferença de uma criança que nasce no berço esplêndido de uma criança que nasce numa favela aqui na cidade de São Paulo. As pessoas são iguais perante a lei. Não são iguais do ponto de vista do que acontece na sociedade, mas do ponto de vista formal, a Constituição garante, o ECA garante, e nós, como defensores dessas pessoas, temos, sim, que fazer esse debate.

Eu quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos por ter trazido essa pauta para cá; dizer para os nossos companheiros que, de forma muito fraternal, eu me coloco à disposição para que eles possam conhecer os assentamentos, os acampamentos do estado de São Paulo: deputado Douglas, deputado Gil e outros deputados que eventualmente queiram fazer uma excursão com a gente para conhecer a realidade dessas pessoas que lutam muito para poder manter a dignidade das suas famílias. A gente está à disposição.

E dizer que todos nós, aqui, queremos a construção de uma sociedade melhor, de uma sociedade mais justa, mais humana, mais fraterna, mais solidária. E nessa perspectiva... Acho, sim, que a repercussão que teve foi muito grande nas redes sociais, eu me lembro que eu vi inúmeras passagens sobre essa situação, e eu acho que, do ponto de vista educativo, o shopping tem condições financeiras de fazer programas, de fazer projetos. Eu acho que a condenação deve ser nessa perspectiva: de que o shopping seja responsabilizado, porque é uma responsabilidade objetiva, e que ele possa fazer

com que as pessoas nunca mais cometam esse tipo de arbitrariedade, porque dói e dói muito. Eu já senti na pele, eu sei o que é. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - Obrigada, deputada Márcia Lia. Deputada Monica, para suas considerações.

A SR. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Eu acho que, quando a gente se reúne, tanto aqui dentro da Assembleia Legislativa, numa formação tão diversa, mas quando a gente tem a Defensoria e o Ministério Público, lado a lado, debatendo e defendendo os direitos da primeira infância, ou da infância e da juventude, a gente tem que celebrar, e eu acho que essa conversa foi muito rica.

Mas, entrando no tema em si, é preciso lembrar que o JK é recorrente. A gente já viveu essa situação em outros momentos: em 2014, na época dos rolezinhos, a gente discutiu quando o JK baixou as portas e não deixou os jovens entrarem. Tem denúncia de racismo, também, sobre o shopping. Eu acho que é pedagógico e é simbólico que a gente faça esse tipo de debate, assim como foi pedagógica a denúncia da escola contra o shopping, nesse momento, para que a gente conseguisse, de fato, entender as limitações do espaço em si.

Mas, eu acho que é comum, é corriqueiro e é fácil de acontecer em outros espaços. Por isso, eu tenho acordo quando a gente fala que a punição também deve ser pedagógica, eu acho que shopping tem que ser responsabilizado de oferecer treinamento aos seus trabalhadores para receber, não só as crianças, mas também receber pessoas diferentes, diversas do público comum.

Acho, também, que o shopping tem que sofrer uma medida de inserção dos diferentes, programas para receber mais crianças, para que elas possam também frequentar e usar aquele espaço para além do espaço de compras. Então, a minha fala veio só nesse sentido de lembrar que quando a gente fica no “deixa para lá, deixa para lá, deixa para lá”, amanhã acontece de novo, e de novo, e de novo.

Não é a primeira vez que a gente debate essa mesma instituição, esse mesmo estabelecimento, então eu acho que está no momento, sim, de a gente discutir, prioritariamente, uma grande formação para os seus trabalhadores para que recebam pessoas melhor naquele espaço.

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - Obrigada, deputada Monica. Eu vou voltar para Mesa para fazer as considerações. Mas, antes eu queria também dizer... Primeiro agradecer a fala de cada um, pedir desculpas pela minha ausência por um pequeno período, mas as políticas de criança e adolescente, aqui – eu, particularmente, estou no meu quinto mandato como deputada e sempre trabalhamos muito fortemente nesse sentido, seja através de diferentes parlamentares de defesa da criança e do adolescente que eu já presidi, seja através da Comissão de Direitos Humanos aqui, com outras subcomissões.

Enfim, como você colocou, é um segmento que merece toda a nossa atenção, mas, mais do que isso: merece políticas públicas efetivas que possam impedir que constrangimentos como estes ocorram.

Não dá para nós convivermos com isso, não dá. Que País é esse que impede que crianças oriundas de uma escola pública possam adentrar no espaço físico daquele shopping? Eu conheço o Shopping JK, conheço praticamente todos os shoppings dessa cidade, e acho que não tem por que, como disse a Deputada Monica, e já é uma reincidência, não tem por que o shopping se omitir disso, até porque existe uma figura, eu acho, que na lei trabalhista – vocês devem saber mais do que eu, eu sou psicóloga, não sou advogada – a respeito da responsabilização solidária (quando você contrata alguém, mesmo que você terceirize esse serviço, você está sendo responsabilizado por aquelas pessoas que você terceirizou).

Aqui na Assembleia, teve um período – eu não me lembro se foi na última legislatura ou na anterior ainda – que contrataram, terceirizaram uma empresa de serviço de faxina, de limpeza, aqui é tudo terceirizado. E aí, a empresa sumiu! Ela desapareceu. E aí, como é que fica? Quem que ia pagar a conta dos trabalhadores? Quem vai pagar a conta dos trabalhadores que estavam com salário atrasado, férias atrasadas, décimo-terceiro atrasado, tudo atrasado? No fim, a Assembleia teve que encontrar uma alternativa jurídica para poder... Mas ela também era responsável, porque, afinal de contas, ela estava contratando aqueles trabalhadores. Então, tanto no aspecto de um pagamento de uma empresa que some, quanto no aspecto da falta de tato, de habilidade, da falta de treinamento para lidar com o público de todas as camadas sociais, a responsabilidade tem que ser do contratante.

Ora, seu contrato, eu tenho que verificar primeiro que ONG é essa ou que empresa é essa. Que entidade é essa que eu estou contratando e colocando dentro de um

empreendimento meu para fazer um atendimento com público sem ter esses cuidados? Obviamente que tem. Obviamente que tem que ter.

Então, houve um exagero tremendo. Impedir, isso, para mim, é discriminação. Isso, para mim, cai em artigos que responsabilizam criminalmente a empresa, muito embora seja também defensora de que medidas educativas, muitas vezes, podem ser melhores do que medidas punitivas. Apesar de que eu acho também que, quando se mexe no bolso das pessoas, elas vão pensar duas vezes antes de repetir aquela ação. Então tem essa possibilidade, também.

De qualquer modo, acho que o encaminhamento aqui proposto, tanto pelo Ministério Público, quanto pela Defensoria – que estão caminhando juntos para potencializar ainda mais a ação de vocês –, eu acho prudente; é fruto de quem tem maturidade e responsabilidade no trato com essas causas e outras semelhantes. Não precisa ser igual. O tempo inteiro você tem violações na área de direitos humanos, sobretudo na área da criança e do adolescente, e essas instituições estão aí para fazer a defesa.

Cabe a nós, aqui da Comissão de Direitos Humanos, levantar esses aspectos, receber essa denúncia, fazer isso que nós estamos fazendo aqui, trazendo todos os atores que estão envolvidos nesse processo – uma pena que a escola não pôde vir, não pôde comparecer, porque seria completo, saúdo a sua presença aqui, não temos problema nenhum, porque sempre demos a oportunidade para o outro lado se manifestar de forma livre, com toda a liberdade e autonomia necessária –, mas esta Comissão é para isso, é para levantar, para apontar e, se for preciso, fazer encaminhamentos necessários aos órgãos que possam dar conta, não só dessas investigações, mas também dos resultados que sairão deste trabalho.

Nós queremos sair, foi um caso de ampla divulgação para toda a imprensa, que ficou conhecido no Brasil inteiro, como ficou agora esse caso absurdo do Mato Grosso, no qual juízes, promotores e a Ordem dos Advogados do Brasil colocaram crianças como se fosse na época da escravatura. Vamos lá ver qual que é o escravo melhor que eu vou querer levar para minha senzala; os senhores de engenho faziam mais ou menos assim – só não tinha a passarela e nem os refletores, já eles tiveram. E eles fizeram isso, que foi algo que nos indignou.

É uma pena que nós, como deputados estaduais; não está na nossa jurisdição, porque, se tivesse, com certeza eles já estariam aqui nesta Assembleia para prestar

contas e já teríamos feito representação junto à Procuradoria e junto ao Tribunal de Justiça.

De qualquer modo, é apenas para ilustrar que casos são muito comuns, não é? E que a gente precisa aprender a tratar nossas crianças e os nossos adolescentes com o respeito que eles merecem. Não importa se é no espaço público, não importa se é no espaço privado, não importa se é dentro das suas famílias substitutas, se é dentro da sua família de origem, porque eles precisam; são ainda seres que são fragilizados, que são vulneráveis e que não têm condições, muitas vezes, de decidirem por si. Portanto, precisam de adultos responsáveis que possam protegê-los.

Por isso mesmo o ECA é um instrumento fantástico – talvez uns dos melhores do mundo – que abriga todos esses suportes, esse amparo, esse apoio que as nossas crianças merecem.

Então, agradeço muito vocês. Vou passar para as considerações finais suas, depois da Dra. Ana Carolina e finalizando com Dr. Eduardo, por favor.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Presidente, pela ordem. Só uma pergunta, só para esclarecer, que eu fiquei um pouco na dúvida. Esse um funcionário, a Dra. Maristela, acho, que citou que é um funcionário de uma ONG.

A DRA. MARISTELA - Funcionária Beatriz.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Ela é funcionária do shopping?

A DRA. MARISTELA - De uma empresa chamada Verbo Produções, que foi contratada pela ONG Orienta a Vida para fazer a recepção dos convidados da própria ONG às segundas-feiras no shopping.

O shopping não tem nenhuma relação jurídica com a Verbo e nem com a própria ONG. O espaço foi destinado. O Shopping destinou um espaço para que a ONG pudesse fazer essa exposição. É diferente de uma relação de contratação, de prestação de serviço. Não foi isso.

E, com relação ao rolezinho, que o shopping fechou as portas naquele momento, eu acho que é importante conhecer, sim. O problema de rolezinho fica muito massacrado na imprensa como se fosse um caso de preconceito; e na verdade o shopping tem uma grande preocupação de segurança. Porque, se o shopping quisesse

fazer um evento para reunião, ao mesmo tempo, de duas mil pessoas numa propriedade que é dele, ele precisa ir na Prefeitura, ele precisa fazer um pedido de alvará, ele precisa demonstrar que ele tem rota de fuga para duas mil pessoas e ele não vai conseguir o alvará porque ele não tem esses espaços, ele não é projetado para isso. Ele recebe muitas pessoas ao longo do dia: elas entram e vão embora. A aglomeração é extremamente preocupante.

O que aconteceu nesse rolezinho especificamente? Eles agendam através das redes sociais, e nós tivemos acesso a esse agendamento, e eles falavam que eles iam no shopping para causar, para consumir droga, para quebrar banheiros. Nós juntamos tudo isso numa ação judicial e nós obtivemos uma liminar. Foi isso que aconteceu.

Não era também um movimento pacífico. Isso é um processo que já está arquivado, que já faz algum tempo, mas, se quiserem desarquivar, toda a documentação está lá juntada.

Acho importante esclarecer isso porque senão fica uma imagem que o shopping é, sempre, um lugar onde só querem segregar, e não é verdade. A gente tem uma preocupação enorme com o treinamento de funcionários. A gente está revendo isso agora, junto à Defensoria Pública, em razão do que aconteceu no Pátio Higienópolis, mas registro e repito novamente: nenhum funcionário do Shopping Pátio Higienópolis abordou nenhuma criança. Elas não foram impedidas de entrar, não teve absolutamente nada.

Nós, antes de acontecer qualquer movimento nesse sentido, o que era uma grande preocupação, a gente foi em juízo e fomos mal interpretados, fomos parar na imprensa, sofremos uma manifestação dentro do empreendimento. Eles entraram, eram 40 entidades, eles fizeram sua manifestação de forma pacífica. Nós nos reunimos e a gente está, agora, desenvolvendo um treinamento, além daquele que já é feito.

Eu acho importante deixar bem claro que o shopping, eu trabalho no grupo há 15 anos, é um empreendimento, sim, que tem uma grande preocupação em tratar todo mundo com respeito. Todo mundo lá é muito bem-vindo, acho importante deixar isso registrado.

Aproveito aqui a oportunidade. O senhor disse que trabalhou na Verzani. A Verzani é uma empresa parceira do grupo, trabalha em vários empreendimentos e também a gente tem bastante contato com a Verzani no que tange a treinamentos. É uma preocupação muito grande. Infelizmente, às vezes, algumas coisas acontecem, mas não é essa orientação, não é essa a forma de trabalho do grupo.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Pela ordem, Sra. Presidente. A senhora me permite uma questão?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Eu permito só para a gente encerrar e voltar para a Mesa, aqui.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - É relacionado ao assunto. Dra., qual é o nome da funcionária mesmo? Beatriz, não é? A Beatriz, a senhora lembra qual cargo que ela exercia?

A DRA. MARISTELA - Não sei. A única coisa que eu sei é que ela chama Beatriz, era funcionária dessa empresa Verbo e, logo depois do episódio, ela foi demitida.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Eu queria saber se ela foi uma funcionária operacional ou estratégica: se era uma pessoa que decidia pelo fato de as crianças entrarem ou não, ou se era meramente aquela que cuidava.

A DRA. MARISTELA - Eu acho que, para ser mais produtivo, a ONG Orienta a Vida deveria ter sido convidada para vir aqui, para que ela também pudesse fazer os esclarecimentos, porque eu também não tenho todas as informações.

A informação que eu tenho de imprensa é que a própria Beatriz mora em Guaratinguetá. Eu também não sei se isso é verdade, mas foi o que eu também vi na internet, e que todos se conhecem. É essa a informação que eu tenho.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - É que eu estou perguntando, Dra. Maristela, por que a deputada falou desta Casa legislar sobre políticas públicas para combate à questão de discriminação, e eu queria saber, exatamente, sobre essa pessoa específica porque, geralmente, quem cuida dessa questão de entrada e saída não são pessoas da elite, não é? São pessoas que fazem parte de uma camada simples, extremamente simples.

Então, de repente, a gente está aqui querendo falar: “Meu Deus, que País este?”; a gente está comparando mais de 200 milhões de pessoas, acusando de ser elitista, País

de característica elitista, sobre uma pessoa que, de repente, está lá no operacional, lá na ponta da lança, precisa tomar uma decisão e não sabe exatamente o que fazer, ficou até com medo.

E, quanto aos rolezinhos, eu concordo absolutamente com a senhora. Eu nasci e fui criado em periferia, sei muito bem como é que funciona. Há, sim, tráfico de drogas nesse meio, venda e consumo de bebidas alcoólicas, venda e consumo de drogas. Houve, também, um caso de arrastão em um dos shoppings, não vou precisar exatamente qual o shopping que aconteceu, mas houve arrastão. Então, concordo veementemente com a senhora com o posicionamento quanto aos rolezinhos e parabenizo, mais uma vez, o shopping pela postura. A ONG, na verdade, pela postura de ter chamado novamente as crianças para poder amenizar esse erro.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Eu ia perguntar rapidamente... Eu estava perguntando à Dra. Maristela, só para ficar claro... Que a gente, na imprensa, nós vimos muito “o shopping”, “o shopping”, “o shopping”, “no shopping” e, na verdade, foi aonde a funcionária da ONG, como o Douglas falou, provavelmente é uma funcionária também extremamente humilde, que, com toda essa exposição, acabou ficando desempregada por uma atitude que tomou ali. É claro, foi falado aqui da responsabilidade do shopping e tudo mais, mas a Dra. Maristela pelo menos deixou claro aqui que o shopping em si não contratou nem a primeira, nem a segunda ONG.

Então, na verdade, o shopping está tentando fazer, eu não tenho carta de defesa, não sou advogado do shopping não, tá? Já frequentei, já passei por lá e tudo mais, mas não estou aqui para defender.

Só para deixar claro que foi uma funcionária, provavelmente da mesma camada social dessas crianças, que tinha um trabalho humilde, também, de atender, e causou toda essa repercussão. Mas que novamente: poxa, já deu toda essa repercussão, causou esse constrangimento para as crianças, para o shopping e tudo mais, vamos tentar tirar algo de positivo disso e fazer um trabalho social nessa questão, para atender, justamente, essas crianças.

Só para deixar claro, novamente, que não se tratou de funcionário do shopping e de nenhuma empresa contratada pelo shopping. Que fique claro isso aqui.

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - Por isso mesmo que o Ministério Público, junto com a Defensoria, estão na construção, no desenrolar desse inquérito, para ver qual é a conclusão.

Difícilmente... As pessoas sempre falam isso. Quando a gente aqui já trabalhou... Sempre tem denúncia de trabalho escravo, é corriqueira, dentro do trabalho escravo, na Comissão de Direitos Humanos. E aí a gente já fez várias audiências públicas aqui, inclusive tem uma lei muito bem elaborada votada por esta Casa, uma lei, acho, de três, quatro anos atrás, que fala sobre essas questões e também era isto: quando surgia a denúncia do trabalho escravo, a empresa nunca sabia. “Ah, mas não sabemos. Contratamos...”. Precisa fiscalizar para saber, precisa acompanhar o desempenho dos seus trabalhadores, ainda que esses trabalhadores sejam terceirizados.

O problema da terceirização, entre outras coisas, é também isto: eu me isento de responsabilidade. Não é bem assim. E depois, vamos esperar também a conclusão do trabalho deles para ver como que será feito.

Senhora, só para concluir. Já concluiu, já? Então passo a palavra para a Dra. Ana Carolina.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA GOLIM - Bom, parabenizar a iniciativa da Comissão. É muito importante momentos como esse para que possam ser esclarecidas, para os deputados, situações como essas. Muitas vezes a gente vê que leis são aprovadas ou não aprovadas e faltou ali um conhecimento maior da realidade, da legislação, então, são muito importantes iniciativas como esta, relacionadas... Se cada projeto de lei discutido nesta Casa pudesse ter uma oportunidade de oitiva, até prévia, como está tendo agora com relação a alguns assuntos, a agente evitaria muita coisa. Então, parabenizar a iniciativa da Comissão e dos deputados estarem aqui presentes.

Só finalizando, no meu ponto de vista há, sim, uma responsabilidade porque, independentemente de ser ou não uma ONG contratada, ocorreu dentro daquele espaço. Mas, independentemente do tipo de responsabilidade, o que é mais importante – infelizmente, no nosso País, a gente trabalha quando as coisas já acontecem, a gente não trabalha muito de forma preventiva, não é? Mas é, vou usar a expressão que o deputado usou, é fazendo do limão a limonada: já que aconteceu, vamos pensar em formas efetivas que promovam ações que evitem situações como essas, e que tenham um efeito pedagógico na nossa sociedade. Não só que não aconteça nesse shopping, mas em outros shoppings e em outros locais públicos da nossa sociedade. A gente tem que

promover a não discriminação, a gente tem que promover o respeito aos direitos das nossas crianças, de nossos adolescentes.

Entendo que, em muitas situações, é difícil. As pessoas que não atuam na área da infância e juventude, muitas vezes, não sabem como lidar, não sabem a quem recorrer. É uma área que tem diversos órgãos que integram esse sistema de proteção, de garantia de direitos, então, muitas vezes, falta a habilidade de, naquele caso, saber como lidar com aquela situação. E aí, muitas vezes, acontece uma falsa proteção, um pseudo... A pessoa imagina que está protegendo e acaba violando um direito. Mas, estamos aí para isso, para evitar que situações novas aconteçam e tentar corrigir de uma forma efetiva e pedagógica as que já aconteceram.

Coloco a Defensoria Pública à disposição para esclarecimento, para tirar dúvida, para ouvir, para receber a opinião dos membros desta Casa, não só com relação a esse assunto, mas com relação a todos os assuntos. Eu, especialmente, no que tange aos direitos das crianças e adolescentes, porque atualmente estou na coordenação do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria. Então, temas relacionados à saúde, educação, ato infracional, enfim, relacionados à área da infância e juventude podem me procurar.

Com relação aos outros temas, a gente tem uma sala da Defensoria aqui na Casa, é a sala de C71... C70 e alguma coisa, mas fica ali na entrada. Nós temos a sala da Defensoria, o Dr. Rafael Pitanga fica sempre aqui fazendo o atendimento e a recepção. Fazemos alguns mutirões de atendimento – a gente vai ter um muito próximo agora de investigação de paternidade –, a gente tem feito bastante mutirão de atendimento, fizemos de medicamentos, de vaga em creche. Então, coloco a gente à disposição de vocês para discussão. A gente se manifesta bastante, no Núcleo da Infância, em projetos de lei daqui da Casa, então... Também situações, às vezes, que a gente sabe que é difícil de saber como agir, para prestar nossa humilde opinião, para tentar assessorar de alguma forma, coloco-me à disposição, está bom?

A SR. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - Muito obrigada. Obrigada, Dra. Ana Carolina, por sua contribuição.

Quero dizer também, antes de passar a palavra para o Dr. Eduardo, que a Presidência vai propor, para esta Comissão, um PL para que ele seja apresentado pela Comissão. Aí, a gente faz as instruções para que todos possam assinar; que regulamente esse tipo de ação dos shoppings na cidade de São Paulo, uma vez que é uma cidade que

tem muito shoppings – e não só shopping, você pode pensar em lojas de departamentos e outros lugares. Mas, que possa evitar esse tipo de constrangimento.

Acho que um PL que também tenha o aval daqueles que são especializados nessa área seria muito importante que fosse apresentado, mas não individualmente – eu poderia fazer através do meu mandato –, mas que a Comissão pudesse estudar algo e a gente possa evoluir na formulação desse projeto.

Então, Dr. Eduardo, para suas considerações finais, por favor.

O SR. EDUARDO DIAS - Primeiro, retomar aqui a fala que foi feita. Peço desculpas se não foi tão clara, mas também há divergências: para um eu fui, foi interessante, para outros não.

O deputado Rafael, que atua bastante, também, com a questão da pessoa com deficiência, ele tem um conto, “FACES DO ESPELHO”, que é um conto hindu em que um sábio coloca um elefante para vários deficientes visuais, cada um toca numa parte de elefante e tenta descrever o que é, porque cada um vê uma parte.

Eu atuo no Ministério Público, agora, tem 30 anos. Estou em primeira porque foi uma opção que eu tive para ficar no interior. Sou filho de pernambucano e paraibana e meus pais são do comércio. Eu brincava de lojinha, com seis anos, aqui na loja do meu pai, aqui na Vila Guarani, onde eu estudei em escola pública. E dou aula também na PUC, onde eu sou doutor, especialista em filosofia pela USP e optei por vir para o Ministério Público há muito tempo atrás, porque eu nunca fui disciplinado o suficiente para fazer minha vida em partidos políticos. Quando se diz “um homem de partido”, é uma pessoa que segue aquela direção. Mas, nunca me furtei a debates e, muito menos ainda, com o risco de prevaricar à minha atuação como promotor.

E como professor, sou professor doutor pela PUC, chefe do Departamento de Fundos e Coletivos que atuam com a infância, consumidor, meio ambiente, direitos humanos e coordenei a pós-graduação também nessa área. Mas, de tanto correr, porque para estar aqui hoje, tendo ontem estado, no final do dia, na Faculdade de Direito São Francisco, numa questão sobre o Condep e a Ouvidoria de Polícia, eu tive que ficar, depois de quase dez horas, na Promotoria para dar conta de um expediente daquele dia, mais urgente, e vim direto para cá.

Eu pedi, a Promotoria me mandou, mas isso está aqui registrado, esse inquérito civil em que está o caso do JK. Ele está dentro do Shopping Pátio Higienópolis. Por quê? Porque é o mesmo grupo econômico, a mesma empresa. Esse inquérito foi

instaurado no dia 25/02/2019; no dia 20/03, dia 25/03/2019, foi remetido um ofício com cópia integral desse procedimento ao então Presidente desta Casa. É que esse período a Casa ainda estava em troca. Então, acredito que, se os senhores procurarem, vão encontrar.

A gente só pode se comunicar com Parlamento, com desembargadores, presidente, governador, secretários de Estado – as prefeituras não – por meio da Procuradoria Geral de Justiça quando é para requisitar informação, solicitar oitivas, isso é só por meio do procurador-geral, eu não posso, como promotor, oficiar, diretamente, um parlamentar ou presidente da Casa pedindo informação. O que eu posso é comunicar e encaminhar cópias. Foi o que eu fiz diretamente.

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - Só para esclarecer. Na verdade, no dia 25/03 nós ainda não tínhamos constituído as Comissões, por isso que certamente não chegou.

O SR. EDUARDO DIAS - Deve estar em algum local aí. Agora, só para vocês terem uma ideia, no ano de 2017 foram três ofícios dessa natureza; 2018, três ofícios; só nesse primeiro semestre de 2019, quatro ofícios. Por quê? Porque uma parte desses ofícios de 2018, e até dos procedimentos, quando entra num período já pré-eleitoral – segundo semestre de ano que tem eleição –, a gente toma muita cautela com instauração de inquérito, distribuição de ação e algumas medidas externas porque tudo isso pode ser interpretado, servir como caixote de palanque. Porque ora a gente faz alguma coisa é da situação, ora faz outra coisa é da oposição. Mas isso, em 30 anos, a gente está bastante acostumado.

Desses 30, uns dez anos eu fui assessor de vários procuradores, de vários grupos internos do MP: Dr. Barreto, Rodrigo, Dr. Filomeno, Dr. Fernando Grella – e o Fernando Grella, depois eu fui, junto com outro colega promotor, assessor na Segurança Pública; a gente viu de perto essa questão dos rolezinhos, como Segurança Pública, e eu tenho a mesma sensação de hoje.

Nós temos, eu acho que a Assembleia, como tem um âmbito estadual... Por exemplo, a ação de Praia Grande em que um colega, o shopping entra com uma ação proibindo a entrada de chamados rolezinhos, o colega entra com essa ação, é julgada em primeiro grau e foi reformada no Tribunal de Justiça. Agora a Procuradoria de Santos está estudando o que fazer, recursos, e tal, especiais.

Agora, eu não posso desconsiderar, porque a gente tem outros procedimentos em que a gente analisou o consumo de bebidas alcoólicas em todos os parques da capital. Só em um dia, um sábado, num dos portões do Parque do Ibirapuera, foram apreendidos 800 litros de bebida alcoólica. No dia seguinte, num domingo, 400 litros. Comarca de Presidente Prudente... Os chamados rolezinhos.

O que a gente identificou, com o inquérito que a gente tem? Onde está esse do parlamentar que estava também o clube, envolvia a Portuguesa? A gente compilou todos os procedimentos: baixa Augusta, onde chamam de “Cracolândia do álcool”; os procedimentos, desde 2015, eles começaram a ser sistematizados e agrupados, e nós fizemos uma audiência pública que foi agora em março – março, não, abril – sobre consumo de bebida alcoólica na capital. O que a gente identificou com várias casas privadas, pessoas que organizaram shows por meio de internet? Usei muito esse Facebook para entrar em coisa e monitorar redes, que está desativado, praticamente, desde outubro do ano passado.

A gente participa de uma discussão via uma associação chamada MP Transforma numa resolução que foi chamada do CNMP, que está tentando compilar dados e normatizar sobre a atuação dos promotores em redes sociais, e que eu sempre fiquei na dúvida: não podia ter um blog como professor por causa dessas limitações. Então, o Facebook, se a gente prestar atenção, transmite matérias, e raramente eu faço algum comentário, raramente. A gente veicula sempre nessas áreas sociais.

Mas, tive um debate muito intenso com o procurador da República, Guilherme Schelb, que foi integralmente gravado no MP. A gente falou exatamente o que eu sempre falei: eu tenho minhas convicções. Eu acredito que a filosofia, a religião é o que depois vai pautar as convicções políticas, até partidárias; é um caminho para a pessoa chegar e até de sua própria existência. E tudo que a gente falou foi dito depois para a Procuradoria dos Direitos Cíveis, cidadão e representações da Corregedoria Nacional do MP Federal sobre não usar do cargo para fazer proselitismo de nenhuma natureza.

Esses expedientes – o senhor fique à vontade para fazer – eu fui também chamado para ir à Câmara para um debate sobre a questão dos sem-terrinhas, como foi veiculado no evento depois, em mídia social, com os cortes. A gente falou para os representantes: “Encaminhe para a Promotoria as representações”. Até hoje não recebi nenhuma representação, nem de quem publicou os vídeos condenando aquele movimento, e nem de quem se sentiu prejudicado por aqueles movimentos.

Talvez porque, também, em várias imagens, nem tenham sido deste Estado. Residualmente, por conta do artigo 209 do ECA, e o 109, quando não se identifica os autores, como a sede das empresas Google – que tem a plataforma YouTube e Facebook – são na capital, vários procedimentos delegam para cá.

Em 2015, os funkeiros mirins, os MCs Mirins, com letras e coreografias que eles não poderiam consumir, muito menos produzir. Instauramos o inquérito. Era representação do Brasil inteiro: procurador-geral da República, deputados, senadores do Brasil inteiro, como foi no caso MAM. Nesse caso, ninguém representou. E aí, aqueles procedimentos foram encaminhados e a gente se pauta na resolução do CNMP, recomendação de número 54 de 2017, que fala do Ministério Público resolutivo e que retoma o bom caipira: mais vale um bom acordo do que uma boa demanda.

Eu já atuei em ações que duram 15 anos. Ontem eu tomei ciência de uma que eu distribuí em 2012, com esse despacho do Conselho Tutelar do Lajeado por telefone. Já tem outra ação de todos os Conselhos de Direitos Tutelar para estrutura de todos eles que, agora, novamente, infelizmente, está indo para o Supremo. Antes de entrar com ação, foi dado um prazo, foi feita a minuta de TAC para o então prefeito Haddad, cumpriu parte do TAC. Parte do TAC, sabe qual foi o acordo? Que publicizassem as normas da cidade de São Paulo para todo mundo. Que só era publicado no “Diário Oficial”.

Todos os juízes e promotores da capital, nem eles sabiam como era o Regimento Interno Comum dos conselhos, o que era a Resolução 105 do CMDCA, que normatiza a atuação de conselho, desconheciam. Se desconheciam esses caras que atuam no dia a dia, imagina um empresário? Porque não posso ter que um empresário – e, em minha família, a gente toma muito cuidado em denominar comerciante como empresário, porque tem alguns que não mereciam esse título –, mas eu acredito que empresas como essa merecem, todos que põe lá o seu capital merecem esse título.

E uma empresa que tem uma ONG que monitora a rede e que propôs uma ação que nós demos o parecer favorável, que é o bullying digital. O número de adolescentes suicidados porque o bullying hoje é permanente. Não é só quando a gente vai na escola que tiram sarro da nossa cara: “o gordinho”, “o magrinho”. Se o cara tem espinha: “o pepino”. Hoje ele é permanente. Essa entidade entrou com uma ação e ganhou essa ação com parecer favorável nosso. É uma entidade ligada ao grupo Iguatemi, à família, inclusive.

Então, isso está dito. Eu não acredito que, em uma empresa com esse histórico, uma coisa dessas aconteça. Mas acontece. Foi um ofício – o senhor que foi de empresa de segurança – para a Polícia Federal, para a PSDC, Procuradoria de Lei de Cidadão desse inquérito, porque é a lógica do controle externo da atividade policial. Quem faz o controle externo das empresas privadas de segurança é a Polícia Federal, que registra e que tem um manual deste tamanho de informação. Quem faz o controle externo da Polícia Federal? Eu desconheço a ouvidoria da Polícia Federal, o senhor conhece? Alguém aqui conhece ouvidoria da Polícia Federal? A Polícia do Estado de São Paulo tem uma ouvidoria desde 1995 por uma lei aprovada nesta Casa. É um grande avanço.

Agora, como não tem, eu não mandei para a ouvidoria porque eu não conheço. Eu mandei para o PSDC, que faz a fiscalização externa da Polícia Federal e, por sua vez vai perguntar, para quem faz essa divisão de controle interno das empresas de segurança, como é que está o molho. Porque eu quero saber onde é que está no currículo – e até onde eu li, eu não achei – a formação dos agentes de segurança sobre Estatuto da Criança e do Adolescente. Como é que está na capital, já que eu disse anteriormente que o ECA franqueou para os municípios a organização do sistema de garantia, o que o segurança do shopping, os administrados lá pelo grupo Iguatemi e mais a outra BR Mall, o que é que aqueles agentes de segurança tiveram para saber o que é Conselho Tutelar, qual o papel do Conselho Tutelar?

Uma das discussões aqui nesse procedimento, sabe qual é? Existe uma monografia de mestrado feita por uma funcionária da própria SMAT (Secretaria Municipal de Assistência) – que estudou com Bolsa-Família, que fez a graduação e a pós-graduação com FIES, orientada pela professora Aldaíza Sposati – que avaliou – um trabalho excelente, parece auditoria feita por empresa privada – todo o sistema dos convênios.

Nós temos as chamadas Top Nine, são nove grandes ONGs que administram, em média, de quatro milhões a cinco milhões por mês de convênios com a SMAT. Uma delas administra oito milhões. Os trabalhos dessas ONGs vão de creche até CCA, a SAICA, tudo. Uma delas faz abordagem de rua, chamado SEAs, dentro do sistema SUS de assistência. Esses SEAs foram justamente isso: identificar na rua.

Ali naquele perímetro são pouquíssimos funcionários para monitorar tudo aquilo. Qual é a discussão que eles têm? Na cabeça de quem faz abordagem de rua, o shopping center, que é um espaço privado de acesso público, eles não podem entrar nos corredores do shopping, ainda que tenha criança em situação de rua perambulando pelo

shopping, ainda que tenha criança praticando comércio, trabalho infantil – porque também é considerado trabalho infantil ficar com aquelas filipetinhas escritas de forma padrão, com as mesmas máquinas de xerox, no metrô, no trem, em todo lugar: “Tenho três irmão passando fome...”; entregando as coisas e angariando verba. Eles acham que não podem entrar. Mas onde é que está escrito isso?

O advogado que representa o shopping mandou um ofício para campo – porque teve um debate desses na Câmara Municipal – dizendo que ele acha que precisa ter uma lei que diga isso. E isso a gente já discordou dentro do inquérito. Eu mandei, também, para a Câmara dizendo: “Com a devida vênia”. Mas são posições diferentes.

Então, para concluir, agora está aqui, eu vou, presidenta da Comissão, copiar a atualização desse ofício de 25/03, o qual tem a cópia integral. Parabenizando formalmente as dirigentes de ensino, as professoras de Guaratinguetá, porque as crianças nem perceberam o que aconteceu. As crianças só foram saber o que aconteceu naquela manhã, quando isso tudo foi divulgado. Porque as professoras “seguraram a onda”, como se diz.

Eu também não posso deixar de ter ressalvas, que não se pode – acho que eu entendi a colocação do deputado do ponto de vista subjetivo: subjetivo daquela funcionária que decidiu naquela hora. Mas a gente não pode deixar de ver que existe uma cultura e uma formação. Essa relação que eu passei para os advogados foi uma relação que eu dei um print na tela e imprimir: a relação das entidades reconhecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança com Infância e Juventude.

E quando a gente pensa, eventualmente, em multa, porque isso tudo teve uma aferição econômica, gerou, são convênios, tem uns cálculos, tudo tem cálculo, é um percentual disso e, sim, para o Fundo Municipal de Direitos da Criança, para uma linha específica que trabalhe com essa temática.

E a relação das ONGs que a gente passou foram aquelas registradas no CMDCA. O que eu acho é que preciso de ajuda dos senhores, porque a cidade de São Paulo, essa cidade-país de mais de 12 milhões de habitantes, não vai dar conta sozinha das suas demandas sem repasse fundo a fundo, sem ajuda financeira, econômica e, às vezes, logística. Logística menos, porque os funcionários do quadro do município são muito bem formados. Agora, falta recurso, efetivamente, em algumas coisas.

Então, precisa ter essa questão do fundo a fundo. A gente fiscaliza o Fundo Estadual dos Direitos da Criança. Foram mais de 50 ofícios para o Estado inteiro com os editais aprovados para o promotor verificar na cidade que estava chegando. Uma das

entidades que a gente tirou foto do galpão via Google Earth, é um galpão. Aparentemente eu não vi o que funciona ali, mas só sabe quem está lá.

Então, acho que vocês podem e devem contribuir bastante para esse debate. E aqui acho que tem que ser esses debates, sim, porque do ponto de vista do Tocqueville, isso é uma casa de tolerância. Tolerância respeitosa, política, em que cada um tem a sua visão e eu não posso prescindir da lei. Eu sou fiscal da ordem jurídica. E a lei, na infância, a gente pega três esferas: a estadual, a nacional, a municipal, e algumas normativas das quais o Brasil é signatário, como a Convenção dos Direitos das Crianças, como a Opinião Construtiva 17 da OEA, que dá o marco da infância no continente americano.

Tem tudo aqui. Onde a gente está andando, a empresa shopping tomou medidas. A gente recebeu recentemente essas informações dessa terceirização, e até quarteirização, dessas parcerias econômicas, mas não posso deixar – como a gente tem essa pauta – que todos são responsáveis numa escala. Que a responsabilidade objetiva é a responsabilidade da atividade econômica. Esse é o norte da nossa legislação.

Então, eu acho que é isso que eu tinha para dizer. Espero ter esclarecido. E sobre shopping, eu recomendo um livro que foi publicado pela Editora Unesp, da Universidade Estadual de São Paulo, que a gente também teve de consultar para estar aqui, para poder entender e fazer o inquérito da melhor maneira, porque a gente não nasce sabendo e também está sempre aprendendo. É um livro da professora Silvana Maria Pintaudi e Heitor Frúgoli Júnior, e que se chama justamente “Shoppings centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras”.

Por que a gente entender esse espaço que está em disputa... O Professor Nicolau Sevchenko, da Universidade de São Paulo, essa lógica de ocupar alguns espaços, como ele foi colocar... Então essas atuações lidam com esses universos e todos são cidadãos. Os empresários também, que investem dinheiro, eles também precisam saber. O foco do inquérito é justamente o artigo 265 e, nesse caso específico, o desdobramento disso e o que aconteceu.

Então, por isso é inquérito. Tem um ofício que foi para o delegado-geral, delegado do DECAP, e tem inquérito policial que foi instaurado, nos dois casos, e ofício para o MPS para apurar a questão da empresa de segurança. Ofício para a Associação de Shoppings Centers; ofício para a Associação Comercial, para ouvir, para entender essa dinâmica, porque a natureza do inquérito é justamente essa.

Acho que a gente não descarta a realização de uma audiência pública; tem que ser publicado, 45 dias antes, o primeiro edital, como a gente fez na questão do álcool, como fez na questão da resolução 03 só nesse período (do final do ano para este). Então, esses quatro ofícios, só desse primeiro semestre, é porque, em parte, têm ações que eram só do segundo semestre, mas já num período muito complicado de ficar tomando essas medidas, e que a gente foi administrando com o que a gente acha que ainda tem um pouco aí dessa sabedoria adquirida desses 30 anos de exercício.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT – O.k., muito obrigada. Lembrando, apenas para encerrar, que essa sala vai ser ocupada já, já, que aqui a gente também...

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Pela ordem, Sra. Presidente, para uma brevíssima explicação.

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - Um minutinho. Eu tenho uma lei de minha autoria aqui, é difícil a gente aprovar Projeto que se torna lei, mas que cria uma política estadual de enfrentamento ao consumo de álcool na adolescência. Inclusive, com a possibilidade de criar um fundo para políticas educativas de divulgação, de publicidade.

Mas, infelizmente, as leis aqui a gente vota, mas a aplicabilidade delas é bastante morosa, bastante lenta, e, às vezes, até nem se aplica. Mas, é importante a gente destacar isso porque falou-se bastante sobre o consumo de bebida alcoólica na adolescência, e também falta fiscalização mais efetiva para impedir que isso ocorra.

Acho que são duas questões que precisam caminhar juntas: tanto a parte educacional e de publicidade, de políticas educacionais, de campanhas publicitárias, também, para impedir, evitar esse consumo; quanto a parte de fiscalização, que ela também tem que caminhar junto.

Pois não. Para encerrar, para encerrar.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Bom, vou ser brevíssimo. Só que eu queria que a senhora me deu essa palavra para poder me retratar com o nobre promotor

de Justiça, o Sr. Eduardo Dias. Gostaria apenas de pontuar algumas coisas que eu acho muito importante.

Gostaria de pedir desculpas quanto ao tom da minha fala, porém eu ainda mantenho, pelo menos, as palavras. Eu as mantenho porque eu acredito que isso é muito importante. Eu entendo que o senhor pode ter o posicionamento que o senhor bem entender, isso é um direito legítimo garantido pela Constituição, porém o senhor é um promotor de Justiça, detém um cargo altíssimo quando a gente fala sobre o servidor público, o servidor público do estado de São Paulo. O senhor detém um cargo altíssimo para a população do Estado paulista. Existem cidades que têm dois, três promotores de Justiça, e isso pesa muito, a responsabilidade é tão grande quanto a de um parlamentar.

Então, a opinião do senhor quanto a sua vida particular é da sua vida particular, porém, alguns promotores de Justiça, eles vão além dessa prerrogativa, desse direito que lhes dá a Constituição, e acabam trazendo isso para as instituições também.

E quando o senhor trouxe para cá a sua exposição e relacionou críticas à ministra Damares, e também, não sei de que forma a gente falou, também falou...

O SR. EDUARDO DIAS - Não é um novo ECA, ela está reeditando. Talvez a assessoria dela tenha sido infeliz...

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Sim. E também falou sobre a questão da política do encarceramento. A gente sabe muito bem que essas duas pautas, elas possuem um posicionamento ideológico muito claro dentro dessa diretriz.

Então, o senhor bem citou agora o coletivo “Transforme MP”. Muito me preocupa a existência desse coletivo dentro do Ministério porque o senhor falou que não deve ser feito proselitismo político, e o coletivo Transforma MP, ele possui uma carta de princípios exatamente igual a de um partido político de esquerda. Então o coletivo transforma MP...

O SR. EDUARDO DIAS - O MP é a favor da família.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Não, não, não. Lá na carta de objetivos do Coletivo Transforma MP está escrito que eles são a favor da reforma agrária, que apoiaram movimento sociais nesse sentido, contra a redução da maioria penal. Uma série de coisas...

A SRA. PRESIDENTE - BETH LULA SAHÃO - PT - Para encerrar, deputado, por favor.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Então, apenas para concluir, a partir do momento que os promotores fazem parte desse coletivo, eles não podem dizer que não fazem proselitismo político no Ministério Público. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE – BETH LULA SAHÃO - PT - Então, nós agradecemos a presença da Maristela, que representa o shopping, a presença da Dra. Carolina, da Defensoria, que sempre estão prontos para participar em vários assuntos, em vários segmentos, e a presença do Dr. Eduardo Dias, mais uma vez aqui conosco, sempre muito prestativo e, mais do que isso, extremamente competente, que elucida assuntos para nós tão caros.

Já tivemos a oportunidade de participar em outras audiências, também da questão da criança e do adolescente, no que diz respeito à adoção, e ele teve uma contribuição fantástica participando conosco aqui.

Então, muito obrigada a todos, vou ficar aqui com o seu pen-drive.

O SR. EDUARDO DIAS - Não, é que tem mais coisa que eu vou deixar, então a senhora copia o arquivo.

Eu só acho que essa questão do direito de associação, justamente estão sendo discutidos, no CNT, os limites disso. Mas, eu queria que o senhor me apontasse algum caso em que eu fiz essa atuação como Promotor favorecendo esse ou aquele grupo.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - O senhor fez uma publicação no Facebook dizendo que o Bolsonaro, sendo eleito, o Brasil estaria encaminhando para uma ditadura militar, em outubro de 2018.

O SR. EDUARDO DIAS - Sim, o senhor pode trazer e pode mandar, como vários fizeram. Infelizmente, vamos ver o que nos aguarda.

* * *

Verba Editorial Ltda.

- É encerrada a reunião.

* * *